

Universidade do Porto
Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação

**DO NAMORO AO CASAMENTO: HISTÓRIAS QUE SE CONSTROEM –
EXPLORAÇÃO DE SIGNIFICADOS, EXPECTATIVAS, CONFLITO E AMOR.**

Sofia Raquel Alves da Fonseca

Setembro, 2011

Dissertação apresentada no Mestrado Integrado de Psicologia, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, orientada pela Professora Doutora Cidália Duarte (F.P.C.E.U.P.).

A certeza é inversamente proporcional ao conhecimento.

Irvin Yalom

AGRADECIMENTOS

Porque *estou* e *sou* com os outros. Porque só assim faz sentido.

A todos quantos, de uma ou de outra forma, contribuíram para a realização deste projeto e, sobretudo, para a minha *história* pessoal, o meu sincero *obrigada*. Em especial:

À *prof. Doutora Cidália Duarte*,

pela partilha e comunhão do interesse comum e apaixonado pela conjugalidade que tantas vezes, nas aulas e nos nossos encontros, nos levou a explorar vivências, a desenhar reflexões e a adivinhar significados. Obrigada por ter orientado os meus passos com entusiasmo e por ter apoiado a minha vontade de ir mais além. Obrigada pela confiança e pelo reconhecimento sincero que sempre me dirigiu.

Aos *participantes*,

por tão prestavelmente se terem disponibilizado a participar na investigação, a partilharem as (tão) suas *histórias* e por me ensinarem que o processo de investigação é, antes de mais, uma oportunidade de crescimento pessoal. Sem eles não teria sido possível a *História* que agora conto.

A todos que permitiram que eu chegasse até essas *histórias*,

(*Joana. Pedro. Inês. Dra. Patrícia.*)

pelo interesse no projeto e por simpaticamente terem pesquisado na vossa “base de relações” os narradores que eu procurava. Obrigada por amavelmente terem oferecido o vosso espaço como cenários para que as *histórias* se desenrolassem.

A todos que nalgum momento do trabalho lhe dedicaram um olhar atento,

À *Dra. Mariana*, pela disponibilidade para a revisão do guião da entrevista. À *Cláudia*, pela amabilidade e pelo empenho incondicional com que colaborou na revisão do guião, pelas pertinentes sugestões e por, simultaneamente, partilhar tanto do que é seu.

À *Ana Cristina*, pela disponibilidade, compreensão e serenidade com que me apaziguou.

Aos amigos, em especial:

À *Cris*, por tanto, por tudo. Por seres das pessoas mais bonitas e completas que conheço; pela tua exímia responsividade ao “nós”; pelo amparo sempre, e também neste caminho lado a lado na Arquitetura e na Psicologia; por não saber “o que seria de mim sem ti”.

À *Inês*, por tão atenta e carinhosamente te maneres a meu lado nestes primeiros passos, nem sempre fáceis, da investigação; por ser tão bom quando *somos* e *estamos* juntas; por me cativares e mostrares que o essencial é invisível aos olhos; por seres uma base segura e muito querida na minha vida.

À *Mary*, pela presença e por tantas aventuras e interesses partilhados ao longo do curso.

À *Dra. Patrícia*, pelo delicioso pensar conjunto sobre as relações e tudo mais que nos apeteça. Pelo inexplicável entendimento no pensar e, principalmente, no sentir. Obrigada pela magia, pela amizade.

Ainda aos colegas,

que mais proximamente me acompanharam nestes cinco anos e em muitas das aventuras vividas, das lutas sofridas e das causas defendidas. À Paula, ao Rui, ao Sérgio, ...

Com todos, descobri uma Amizade mais completa.

A ti, *mãe*,

por seres o inqualificável. Por acreditares que os meus sonhos, sejam eles quais forem, estão sempre ao meu alcance. Por me teres dado o “tudo”, ensinando-me a verdadeira essência das coisas – o amor.

A ti, *Luís*,

pela força que me dás e pela tranquilidade com que abraças o meu empenho e a minha motivação pela Psicologia. Por me centrares e recordares também o mais importante da vida. Por contigo descobrir a minha semântica de *paixão*, *intimidade* e *compromisso*. O amor.

A TI.

Sem vocês, a minha *história* não seria tão bonita.

RESUMO

Numa época de conjugalidades em mudança, é pertinente pensar no significado do casamento e explorar as expectativas que para ele são desenvolvidas, o que deve pressupor a exploração da experiência de namoro enquanto prólogo. Dada a ausência de investigação que cruze ambas as fases e se pautar por uma perspectiva de continuidade, este trabalho tem como principal objetivo o cruzamento entre namoro e casamento, explorando os significados associados ao casamento, as expectativas (para o casamento, o cônjuge e para o próprio) e o conflito (emergência, fontes e estratégias de resolução). Através de uma abordagem metodológica qualitativa, com base num guião de entrevista semiestruturado, entrevistaram-se 5 casais (cada cônjuge separadamente) casados há pelo menos dois anos.

Os principais resultados sugerem que o casamento, na fase de namoro, era sinónimo de um projeto que, mais tarde ou mais cedo, teria lugar enquanto afirmação do outro e da relação. A sua importância variava consoante era destacado o valor sacramental do matrimónio ou a sua dimensão contratual. Depois de consumado, a maioria não alterou o significado atribuído ao casamento, mas houve quem percebesse que ele implica dificuldades, que não é uma linear continuidade do namoro e houve ainda quem o resignificasse positivamente. As expectativas para o casamento enquanto namoravam eram aumentar a partilha, o apoio, a intimidade e o tempo conjunto, construir um projeto de vida comum e ter filhos. Concluiu-se que quer relativamente ao casamento, quer ao cônjuge, quer a si próprio, as expectativas veem-se correspondidas ou superadas. Os resultados revelam ainda que a transição para o casamento mas sobretudo para a coabitação implica uma fase de ajustamento, verificando-se nalguns casais um aumento de conflitos, ainda que posteriormente registem uma diminuição (comparativamente com o namoro). Ao nível das fontes do conflito, na fase de namoro sobressaíram as características pessoais, o grupo de pares, as diferentes necessidades e tempos na relação, as famílias de origem e as relações anteriores, mantendo-se os dois primeiros na fase de casamento para além da vida profissional e sexual que emerge agora. As estratégias de resolução – afastamento, tempo, comunicação (*padrão exigência-retirada*), cedência, oração, humor – não registam alterações entre ambos os momentos relacionais. No final, são refletidas as limitações do estudo e as implicações para a prática clínica e são ainda avançadas pistas para investigação futura.

Palavras-chave: Namoro, casamento, significados, expectativas, conflito, amor.

ABSTRACT

In a period of marital concept changes, it is relevant to think about the meaning of marriage and explore the expectations around it (Kefalas, Furstenberg & Napolitano, 2005), this implies the analysis of dating as a prologue. Since there's an absence of data that crosses both phases and is guided through a perspective of continuity, the main objective of this study is to cross marriage and dating periods, exploring the meanings associated to marriage, expectations (on the marriage, on the partner and on him/ herself) and the conflict (rising, sources and settling strategies). Through a qualitative methodological approach, based on a semi-structured interview guide, five couples were interviewed (each member separately) each with, at least, two years of marriage.

Main finding suggests marriage's meaning, while dating, was synonymous of a project which, sooner or later, would take place and acknowledge the partner and the relationship. Its importance fluctuated according to the sacramental value of the matrimony or its institutional meaning. After getting married and for the majority of the couples, meaning hasn't changed, but some realized it entails difficulties, it is a non-linear continuity of dating, and some even reframed it positively. Marriage expectations - while dating - were to increase the sharing, support, intimacy, the time together, build-up a common life project and to have children. It was concluded that either relatively to marriage, partner, or to him/ herself, expectations were found matched or exceeded. Results also show that the transition to marriage, but mainly for the cohabitation entails an adjustment period, noticing, in some couples a conflict increase, even though after there was a decrease (comparatively to dating). Analyzing the conflict sources, during the dating period, some items stood out such as personal characteristics, friends, different needs and timings, relatives and previous relationships, keeping personal characteristics and friends during marriage beyond the professional and sexual life that emerges then. Resolution conflict's strategy – withdrawal, timing, communication (demand-withdraw pattern), transfer, praying, humor – didn't manifest any change between both periods (dating and marriage). In addition, study limitations and impact in the clinics' practice were remarked, as well as the findings for a future investigation.

Key-words: Dating, marriage, marital meanings, expectations, conflict, love.

RÉSUMÉ

À une époque de conjugalités mouvantes, il est opportun de s'interroger sur la signification du mariage et des attentes que l'on a développées à son égard, ce qui présuppose l'étude de l'expérience du *namoro*¹ en tant que prologue. Etant donnée l'absence de toute recherche qui croiserait les deux phases et serait guidée par une perspective de continuité, ce travail a pour objectif principal le croisement de données entre les phases du mariage et du *namoro* en étudiant les significations associées au mariage, les attentes (pour le mariage, le conjoint et pour soi-même) et le conflit (émergence, causes et stratégies de résolution). Par une approche méthodologique et qualitative sur la base d'un modèle d'entretien semi-structuré, nous avons interrogé 5 couples (chaque conjoint séparément) mariés depuis au moins deux ans.

Les résultats principaux laissent penser que l'idée de mariage, pendant la phase de *namoro*, était synonyme de projet qui, tôt ou tard, aurait lieu en tant qu'affirmation de l'autre et de la relation. Son importance variait selon l'importance accordée à la valeur sacramentelle du mariage ou à sa dimension contractuelle. Après la consommation du mariage, pour la majeure partie des cas étudiés, la signification attribuée au mariage n'a pas été altérée; mais une partie a compris qu'il amène des difficultés, qu'il n'est pas le prolongement linéaire du *namoro*, tandis que d'autres lui confèrent un sens nouveau et positif. Les attentes à l'égard du mariage pendant le *namoro* étaient d'accroître le partage, l'entraide, l'intimité et le temps passé ensemble, de construire un projet de vie commune et d'avoir des enfants. Nous en concluons que, aussi bien pour le mariage, le conjoint ou soi-même, les attentes ont été concrétisées, voire dépassées. Les résultats révèlent encore que la transition vers le mariage, et surtout vers la cohabitation, implique une phase d'ajustement avec, pour certains couples, une augmentation des conflits suivie d'une diminution (comparativement au *namoro*). Concernant les causes de conflit pendant la phase de *namoro*, ressortent les caractéristiques personnelles, le groupe d'amis, les différents besoins et rythmes de la relation, les familles d'origine et les relations antérieures; les deux premières causes de conflit se maintiennent après le mariage, s'y ajoutant la vie professionnelle et la vie sexuelle qui émerge alors. Les stratégies de résolution — éloignement, temps, communication (*modèle exigence-rétractation*), concession, prière, humour — ne sont pas différentes pour les deux moments relationnels. Finalement, nous réfléchissons sur les limites de l'étude et ses implications pour la pratique clinique et nous avançons des pistes pour une recherche ultérieure.

Mots-clefs: *namoro*, mariage, significations, attentes, conflit, amour.

¹ Le terme portugais *namoro* renvoie à des relations sentimentales suivies, d'habitude sans concubinage, avant un éventuel mariage (N.d.T.).

INTRODUÇÃO. ERA UMA VEZ.....	1
CAPÍTULO I. DO NAMORO AO CASAMENTO. UMA HISTÓRIA A DOIS, ONDE UM E UM SÃO TRÊS.	5
1.1. Casamento: <i>uma história no tempo e no espaço</i> . Significados.....	7
1.2. Do Namoro ao Casamento: <i>uma história de príncipes e princesas</i> . Expectativas.	8
1.3. Do Namoro ao Casamento: <i>uma história de polícias e ladrões</i> . Conflito.	13
1.4. Do Namoro ao Casamento: <i>uma história de afetos</i> . O amor.....	16
CAPÍTULO II. METODOLOGIA. A CONSTRUÇÃO DA HISTÓRIA.....	19
2.1. Enquadramento metodológico do estudo	20
2.2. Método	21
2.2.1. <i>Participantes: Personagens principais & Narradores</i>	21
2.2.2. <i>Procedimento de recolha da informação: Entrevista. O acesso às histórias</i>	22
2.2.3. <i>Procedimento de tratamento da informação: Análise de conteúdo. A leitura das histórias</i>	23
CAPÍTULO III. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS. A (MINHA) HISTÓRIA.	25
3.1. Namoro.....	26
3.2. Casamento.....	35
3.3. Dimensões atemporais.....	46
CONCLUSÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS. MORAL DA HISTÓRIA.	51
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS. UMA HISTÓRIA FUNDAMENTADA.....	60
ANEXOS.....	68

ÍNDICE DE ANEXOS

ANEXO 1. Guião de entrevista	69
ANEXO 2. Declaração de Consentimento Informado	71

ÍNDICE DE QUADROS

QUADRO 1. Caracterização dos participantes	22
QUADRO 2. Sistema de categorias, subcategorias e componentes	24

INTRODUÇÃO.



ERA UMA VEZ...

INTRODUÇÃO. ERA UMA VEZ...

Sim, vai contar-se uma *História*.

Cinco casais. Cinco *histórias*. Dez Pessoas. Dez *histórias* sobre cinco *histórias*. Visto que trabalhar com pessoas é, em última instância, trabalhar sempre com percepções, já vamos em muitas *histórias* da mesma *história*. Desafiei-me a escutá-las, pensá-las e assim fazer emergir uma *História* mais, a minha.

Todo o nosso conhecimento se inicia com sentimentos.

Leonardo da Vinci

Este projeto, de cariz científico e norteado pelo rigor a ele inerente, assenta numa motivação afetiva e a sua escolha não se isenta de intencionalidade. Sou uma pessoa de relações, que nelas se envolve e por elas se fascina. Olhar criticamente os contextos relacionais de desenvolvimento, bem como perder-me e, sucessivamente, encontrar-me nos seus meandros é para mim um exercício aliciante enquanto pessoa e profissional da Psicologia.

Na medida em que o Homem é um ser eminentemente social tem inexoravelmente traçadas no seu “mapa vital” uma série de relações. A impossibilidade de uma vivência e existência isoladas traduz-se na imensidão de contactos, interações e relações por nós construídas, embora todas elas distintas na qualidade, duração e intensidade, sendo umas claramente mais próximas, duradouras e intensas do que outras. A teoria da vinculação, por exemplo, postula a necessidade humana universal de os indivíduos desenvolverem ligações afetivas de proximidade ao longo da existência de modo a alcançarem segurança que lhes permita explorar o mundo envolvente (Bowlby, 1978). São, portanto, desnecessárias alongadas considerações que justifiquem a pertinência de refletir as relações.

De entre as múltiplas configurações que estas podem assumir e de entre os muitos agentes nelas implicados, encontra-se a relação romântica, da qual, maioritariamente das vezes, o casamento é a consagração mais efetiva. Pese embora a Psicologia tenha chegado tarde ao estudo do casamento (Gottman, 1998), é consensual a necessidade e a importância de estudar as matérias da conjugalidade. Não obstante as mudanças tanto na sua conceção teórica como no desenvolvimento de técnicas de investigação (Gottman & Notarius, 2002), sempre urgiu uma reflexão séria e profunda sobre a multiplicidade de questões por ela levantada, sobre os seus encontros e desencontros, visto num plano micro a relação conjugal, nomeadamente através do casamento, ser uma das estruturas que mais sentido e suporte proporciona ao indivíduo e, numa dimensão mais macro e sistémica, o casamento e cada lar e família por ele criados serem uma unidade do grande sistema – a sociedade (Juvva & Bhatti, 2006). Ainda a propósito da conjugalidade, é oportuno

esclarecer o entendimento da mesma que subjaz a este trabalho num momento em que as suas fronteiras começam a ser alvo de discussão, alertando para a crescente difusão dos seus contornos (Aboim, 2005). Sobretudo por questões pragmáticas, adotar-se-á a perspetiva de que é necessária uma vivência quotidiana no mesmo espaço habitacional para que, efetivamente, se apelide uma relação entre dois indivíduos de conjugal, sendo, deste modo, o início da conjugalidade coincidente com o início da coabitação. Contudo, não se defende a polarização deste entendimento, abrindo espaço para que o estilo da relação a dois e a sua durabilidade sejam critérios contemplados justificando que, por vezes, também o namoro se assuma já uma experiência de conjugalidade, como advoga Singly na sua obra *Le soi, le couple et la famille* (1996, *in idem*).

Numa época em que se assiste a um progressivo crescendo das uniões de facto e da coabitação como experiência prévia ao casamento (Leite, 2003; Martin, Specter, Martin & Martin, 2003), a uma escalada do número de separações e divórcios², assumindo-se as primeiras como um caminho confiável para alcançar os segundos em vez da reconciliação (Gottman, 1993), e paralelamente a um decréscimo do número de casamentos celebrados³ (INE, 2010), ainda que se mantenha maioritária a permanência dos últimos enquanto vínculo conjugal (Aboim, 2005; Leite, 2003), é reconhecida a pertinência de pensar os significados do casamento e explorar as expectativas que os jovens sobre e para ele desenvolvem (Kefalas, Furstenberg & Napolitano, 2005), tendo sido, em grande parte, esta curiosidade que motivou o presente trabalho. Se por um lado, o casamento parece ser uma firme e frequente opção, por outro aparenta ser uma construção cada vez mais efémera, sendo vários os ataques à sua credibilidade e estabilidade reclamando a erosão do seu sentido simbólico e o seu declínio enquanto instituição rigidamente codificada. Pretender-se-á refletir a conjugalidade, sem contudo esquecer uma sociedade dinâmica constantemente em mudança que brota novos lugares para o indivíduo na arquitetura da família e da sociedade em geral, aumentando as suas possibilidades bem como as incertezas no momento da escolha (Aboim, 2006a).

Refletir o casamento é ou deve pressupor um olhar sobre o passado e pensar de que modo os padrões afetivos, cognitivos e comportamentais aprendidos e desenvolvidos no namoro interferem na vivência do casamento. Consubstanciado numa motivação pessoal e na ausência de investigação que se debruce sobre esta (des)continuidade, este trabalho tem precisamente como principal objetivo trazer ao anfiteatro empírico o cruzamento entre estas duas realidades temporais e vivenciais, namoro e casamento, no que toca aos significados associados ao casamento, às expectativas sobre

² Em Portugal, o número de divórcios triplicou no espaço dos últimos vinte anos (INE, 2010).

³ O número de casamentos em Portugal, à semelhança de muitos outros países, tem vindo a diminuir, com especial incidência a partir de 2000, sendo que em 2009 os casamentos celebrados representaram menos 60% dos celebrados em 1999 (INE, 2010).

o casamento, o cônjuge e o próprio na relação e ao conflito (emergência, fontes e estratégias de resolução).

Assim, no primeiro capítulo, referente à introdução teórica, refletir-se-á o casamento, enquanto uma *história* a dois onde um e um são três, lembrando o eixo espaço-temporal pelo qual se orienta, explorando as expectativas que sobre e para ele são construídas e o conflito pelo qual é sobressaltado e ainda refletindo as teias conceptuais e semânticas do amor enquanto seu fundamento último. O segundo capítulo é dedicado ao “como” da construção da *História* que este trabalho se propõe contar, nomeadamente as opções metodológicas tomadas relativamente à seleção dos *personagens principais* e, simultaneamente, *narradores* das *histórias* escutadas (participantes), ao modo como estas foram acedidas (entrevista) e lidas (análise de conteúdo). O capítulo subsequente visa apresentar e discutir os resultados obtidos, alcançando uma nova configuração e, por sua vez, uma nova (a minha) *História* acerca das matérias da conjugalidade aqui em reflexão. Por último, com uma intenção integradora e uma visão holística de retaguarda, serão elencadas as principais conclusões, refletidas as limitações deste processo de construção e ainda lançadas pistas para a investigação e para a intervenção terapêutica, deixando em aberto uma *história* que, na verdade, estará algum dia verdadeiramente acabada?

Afinal, invocando uma consideração tecida por Prigogine (1990, *in* Narciso, 1994/95), a ciência deve ser criadora de questões e significados e não portadora de certezas.

CAPÍTULO I. DO NAMORO AO CASAMENTO.



UMA HISTÓRIA A DOIS, ONDE UM E UM SÃO TRÊS.

CAPÍTULO I. DO NAMORO AO CASAMENTO. UMA HISTÓRIA A DOIS, ONDE UM E UM SÃO TRÊS.

Um mais um são três: os dois parceiros e seu modelo específico, seu absoluto, evidente e incontestável para eles, sem o qual seriam estranhos um para o outro.

Philippe Caillé

O amor e as relações de intimidade são parte integrante e central na vida dos indivíduos (Fletcher, Fincham, Cramer & Heron, 1987; Fletcher, Simpson, Thomas & Giles, 1999; Wright, Simmons & Campbell, 2007), parecendo até que, de acordo com a linha da evolução, estão programados para se apaixonarem, criarem laços, construírem vínculos e comprometerem-se na construção de uma relação a dois. De facto, os seres humanos têm uma necessidade básica para ser aceites e cuidados e retribuir essa aceitação e cuidado – em suma, de amar e ser amado (Fletcher, 2002). Para grande parte das pessoas, especialmente para os jovens adultos (Raz, Wiseman & Sharabany, 2007), estabelecer uma ligação emocional duradoura com outro indivíduo é um objetivo fundamental na vida, no qual é investido esforço e dispendida energia. A importância de encontrar o amor e de estabelecer relações afetivas é ilustrada, nas sociedades ocidentais, através do oceano de informações sobre amor e relações românticas que se encontram nos livros, na televisão, em peças teatrais, filmes, jornais, revistas, e assim por diante (Fletcher, 2002; Fletcher, *et al.*, 1999). Frequentemente, quando se encontra o que se procura, os dois indivíduos comprometem-se com a construção de um projeto comum – surge a conjugalidade (Rosa, 2009). Não se simplifique, contudo, uma relação conjugal à soma de duas pessoas, mas considere-se que a dinâmica de união entre elas resulta em duas individualidades e uma conjugalidade. Com a relação de casal, inicia-se um processo de organização onde se desenha uma identidade conjugal que não anula individualidades (Carminatti, 2009), sustentando que “um e um são três” (Caillé, 1994). O terceiro protagonista da relação, correspondente ao modelo específico do casal, contempla, entre uma série de dimensões, as expectativas individuais, o reflexo das famílias de origem, a interferência das experiências partilhadas com amigos, o impacto das esferas profissionais e as pressões sociais.

Ainda que inquestionável e invariável a importância deste processo de união nas biografias individuais (Aboim, 2006a), o casamento enquanto forma mais comum de oficializar as relações de intimidade nem sempre assumiu os mesmos contornos, se definiu pelas mesmas orientações, se imbuiu dos mesmos significados, sendo alvo de oscilações imanadas das constantes e naturais transformações sociais a que se assiste.

1.1. Casamento: *uma história no tempo e no espaço*. Significados.

O casamento conta já com uma longa história, sendo, desde sempre, uma das noções socioculturais com maior impacto na vivência humana (Rosa, 2009). No último século – ponto de viragem no paradigma conjugal até então dominante – este deixa de ser nalgumas culturas, nomeadamente na ocidental, um contrato formal entre famílias e grupos sociais e uma unidade essencial de sobrevivência económica, onde a linhagem e a transmissão do património justificavam a sua manutenção (Aboim, 2006a; Leite, 2003). Para esta transformação de significados muito contribuiu o questionamento de padrões relativos à construção social das identidades feminina e masculina, o que despoletou uma crise de identidade e papéis no casamento e na família (Neto, 2005). De facto, o feminismo, as conseqüentes alterações no papel da mulher e a sua emancipação constituem um dos fatores mais determinantes na redefinição do casamento (Juvva & Bhatti, 2006; Pinosof, 2002). Com a abertura do mundo do trabalho à mão de obra feminina, há um claro rompimento com os papéis tradicionais, deixando de ser a maternidade e as responsabilidades domésticas e familiares o horizonte legítimo e exclusivo de realização pessoal para as mulheres e deixando o homem de ter o poderio e a centralização máxima do poder. O casal passa a basear-se no ideal romântico do amor, livre dos interesses económicos que pesavam sobre a formação das uniões e torna-se um símbolo da liberdade individual de que gozam as sociedades ocidentais (Leite, 2003). E se, atualmente, o que subjaz a uma relação conjugal e, por conseguinte, a um casamento, na maioria dos países ocidentais, é o amor (Aboim, 2006b; Acevedo & Aron, 2009; Carminatti, 2009; Duarte, 2005; Relvas, 1996; Ribeiro, 2002; Torres, 2000), de acordo com Duarte (2005), pode considerar-se que o que é procurado nos relacionamentos românticos é a felicidade conjugal, de modo que o casamento parece então traduzir-se em bem-estar para a maioria das pessoas. Vários são os estudos e autores que concluem que, em comparação com a população não casada, os indivíduos casados apresentam níveis de bem-estar e de felicidade mais elevados, o que se traduz em maior satisfação com a vida e maior bem-estar físico e psicológico, inclusive num menor número de depressões, doenças, internamentos e mortes (Gallagher, 2001; Kiecolt-Glaser & Newton, 2001).

Não obstante ser encarado como fator de estabilidade pessoal, hoje em dia, em consequência da diversificação das formas de entrada na vida conjugal e da crescente opção pela vivência permanente em união de facto ou de processos faseados de formalização do laço conjugal que implicam um período inicial de coabitação, o casamento, enquanto molde tradicional de formação do casal, é recorrentemente questionado. Há quem defenda que se assiste, de facto, a uma alteração dos valores e das representações em torno do casamento e das suas finalidades, assumindo uma visão mais laica e desvalorizando o aspeto sacramental e institucional (Leite, 2003), como há quem alegue que, em virtude da maior parte das experiências de conjugalidade informal se revestirem de um carácter transitório, mais do que uma recusa do casamento parece tratar-se de

novas e plurais formas de encadeamento entre namoro, vida em comum e casamento (Aboim, 2005). Para a diminuição do casamento religioso, aponta-se a maior tendência de atribuir à fé um lugar mais reservado, individualizado e menos ritualizado e assim “dessacralizar o casamento”. A instabilidade do casamento hoje proclamada alicerça-se ainda no contínuo aumento do número de divórcios que parece indicar que o casamento já não é encarado como para a vida – “até que a morte nos separe” – sendo a ruptura percebida como um direito e uma possibilidade ao alcance daqueles que consideram que o seu casamento deixou de corresponder às expectativas individuais (Leite, 2003).

Numa conjuntura de conjugalidades em mudança, onde ainda assim o casamento continua a ser um dos mais importantes objetivos de vida (Torppa, 2009) e é a conjugalidade formalizada pelo vínculo religioso o modelo dominante de formação do casal (Aboim, 2005), é evidente a pertinência de refletir o casamento e desvelar os seus significados, havendo, inclusive, evidências de que o modo como este é percebido e compreendido está relacionado com o funcionamento e comportamento conjugal (Hall, 2006). Têm sido vários os esforços desenvolvidos para aceder e compreender os significados que ele encerra para os indivíduos de hoje, muitas vezes através do estudo das crenças, expectativas e padrões, pois inerentemente estes refletem e traduzem a significação que lhe é atribuída. De um modo geral, a investigação reflete a continuidade do desejo de celebrar o casamento, sendo este percebido positivamente pelos jovens, nomeadamente enquanto compromisso vitalício (Martin *et al.*, 2003). Ainda assim, tanto do ponto de vista delas como do deles, nos últimos tempos o casamento tem-se revelado mais opcional para as mulheres do que para os homens, considerando ambos que eles têm maior necessidade de estar casados do que elas (Kaufman & Goldscheider, 2007).

É notório como o casamento não é uma instituição estática, sendo indubitável a necessidade de o situar nas coordenadas espaço/tempo. A alteração do seu significado, fruto do eixo espaço-temporal pelo qual ele inevitavelmente se rege, não imprimirá a necessidade de o considerar uma realidade plural, devendo falar-se antes em *casamentos*?

1.2. Do Namoro ao Casamento: *uma história de príncipes e princesas. Expectativas.*

Príncipe encantado havia um, e a Cinderela ficou com ele.

Maria do Céu Santo

A sociedade mudou e a individualização das relações progressivamente cresceu mas não anulou a centralidade da conjugalidade, sendo consensual o aumento das expectativas depositadas sobre a construção do casal e o casamento (Aboim, 2006a; Halford, Kelly & Markman, 1997; Wright, Simmons & Campbell, 2007). Sendo este uma realidade idealizada e desejada, onde se projetam vontades, anseios, planos e sonhos, é importante considerar os processos cognitivos inerentes e

subjacentes às relações conjugais – a mente da relação –, até porque parecem existir relações de causalidade entre as cognições conjugais e os “resultados” da relação, por exemplo ao nível da estabilidade (Carrère, Buehlman, Gottman, Coan & Ruckstuhl, 2000). De acordo com Fletcher (2002), à semelhança dos cientistas, os indivíduos desenvolvem teorias sobre as relações de intimidade com o objetivo de as explicar, prever e controlar – *teorias gerais*, que incluem a conceção de amor, as crenças e as expectativas para as relações íntimas em geral, e *teorias locais*, que começam a desenvolver-se desde o momento em que se conhece o parceiro. A partir daí, as pessoas começam então a construir um modelo do outro e da relação. Portanto, a dada altura das nossas relações românticas, senão mesmo desde o início, nós investimos e envolvemo-nos numa atividade cognitiva constante de avaliar a personalidade dos nossos companheiros e prever o futuro das nossas relações, numa tentativa acérrima de compreender o motivo pelo qual se estão a deteriorar ou a revelar mais satisfatórias (Fletcher, *et al.*, 1987). Todos construímos estas teorias que estão silenciosas e constantemente a trabalhar, influenciando subtilmente as avaliações que fazemos da relação e do companheiro (Fletcher, 2002) e orientando mesmo o processo de decisão pelo parceiro e pelo casamento (Wright, *et al.*, 2007).

De acordo com Baucom, Epstein, Sayers e Sher (1989), tendo por base teorias cognitivas, existem cinco categorias de cognições importantes nas relações conjugais, visto desempenharem um papel importante na disfuncionalidade conjugal, a saber: pressupostos, padrões ou crenças, perceções, atribuições e expectativas. Embora todas elas fundamentais para e na estruturação das relações de intimidade, o presente trabalho centrar-se-á nas expectativas, ainda que, às vezes, se acabe por tocar noutras categorias pois todas elas estão em inter-relação permanente, delineando um processo de influências mútuas (*idem*), onde por vezes é difícil a destrição rigorosa e absoluta dos conceitos. Como ilustra o modelo epigenético de compreensão das expectativas conjugais proposto por Bhatti, o casamento é, efetivamente, uma realidade alvo de um sem número de expectativas: as expectativas para cada um enquanto parceiro, as expectativas para o casamento, as expectativas de e para ambas as famílias de origem, as expectativas para o casamento enquanto instituição e a imagem ou conceito de parceiro ideal (Juvva & Bhatti, 2006). De acordo com Baucom, Epstein, Daiuto, Carels, Rankin e Burnett (1996), elas podem ser definidas como “*previsões sobre o futuro da relação em áreas específicas do funcionamento conjugal*” (p. 210). No fundo, traduzem aquilo que temos esperança que se vá realizar bem como de que forma.

Para a construção e desenvolvimento das nossas expectativas, nomeadamente para aquelas que desenvolvemos relativamente ao parceiro e à relação conjugal, contribuem, entre seguramente outras variáveis, as normas sociais e o contexto sociocultural em que se vive (Juvva & Bhatti, 2006), a estrutura e as experiências familiares desde a infância (Flouri & Buchanan, 2001; Morris & Carter, 1999), as experiências com os pares e as relações românticas que as pessoas vão

estabelecendo (Hall, 2006; Shulman, Rosenheim & Knafo, 1999) e ainda os meios de comunicação social (Holmes & Johnson, 2009). As relações conjugais são retratadas na televisão, nos filmes, nas revistas como um meio eficaz de garantir e assegurar companhia, romance, suporte, satisfação sexual e bem-estar ao longo da vida, o que em muito justifica que o casamento e as relações de intimidade continuem a ser expectadas, pela maioria, como o espaço que melhor responde e satisfaz as necessidades de afeto, companhia, lealdade e intimidade emocional e sexual (Halford, Kelly & Markman, 1997). Portanto, parafraseando Fletcher (2002), estará a mente das relações de intimidade assente na terra ou leva as pessoas a construir castelos de relações no ar?

Segundo um estudo levado a cabo por Lin e Raghbir (2005), tanto eles como elas desenvolvem expectativas irrealisticamente otimistas para o casamento, ainda que os primeiros levem alguma vantagem. McNulty e Karney (2004), no sentido de responder à questão “Devem os casais esperar o melhor ou temer o pior?”, citam, por um lado, Alexander Pope (1727, in Barlett & Dole, 1919/2000) – *“Blessed is he who expects nothing, for he shall never be disappointed.”*, e, por outro, Norman Vincent Peale (1952) – *“Things become better when you expect the best instead of the worst.”*. Ambos os autores, embora difiram quanto à natureza do efeito, concordam que o que as pessoas esperam receber influencia o modo como avaliam o que, efetivamente, recebem. De acordo com Peale, as expectativas inspiram resultados consistentes com elas mesmas, logo expectativas positivas são benéficas e devem ser cultivadas, na medida em que resultam em acontecimentos também eles positivos. Contrariamente a esta perspetiva, Pope considera que as expectativas aumentam a vulnerabilidade para a desilusão e desapontamento quando estas não se veem correspondidas, argumentando, assim, que as expectativas positivas devem ser evitadas. Não obstante a literatura ser consensual quanto à influência das expectativas dos cônjuges para os seus relacionamentos na avaliação que fazem desses mesmos relacionamentos, evidenciando, por exemplo, que o significado que o casamento assume para uma dada pessoa influencia o modo como ela age relativamente a ele (Hall, 2006), não se verifica esta concordância no que se refere à direção deste efeito. Uma linha de investigação sugere que, de facto, expectativas positivas conduzem a resultados positivos, havendo autores, inclusive, que consideram que as pessoas precisam de idealizar e sobrevalorizar tanto os companheiros como a relação (Fletcher & Simpson, 2000) e que defendem que as expectativas positivas são necessárias para que esta se desenvolva e funcione de forma saudável (McNulty & Karney, 2004). De facto, há evidências de que os indivíduos, frequentemente, percebem de uma forma excessivamente positiva os seus companheiros e a relação, e de que a tendência para os idealizarem está associada a satisfação na relação e a baixos índices de dissolução (Murray, Holmes & Griffin, 1996). Outra linha de investigação, por sua vez, considerando que as expectativas positivas levam a desapontamentos, argumenta que as expectativas podem ser fonte de disfuncionalidade conjugal. Vários são os estudos que indicam que

as perspectivas demasiado idealizadas sobre o casamento são perigosas (Bonds-Raacke, Bearden, Carriere, Anderson & Nicks, 2001). Wright, Simmons e Campbell (2007), por exemplo, constataram que jovens adultos indicam que, em relações saudáveis, os parceiros concordam na maioria dos assuntos e raramente entram em discórdia, e concluem que visões como estas, revelam-se muitas vezes destrutivas para as relações conjugais visto que são irrealistas e impossíveis de sustentar. A este propósito, Fletcher (2002) considera que se as teorias gerais e locais da relação são desfasadas da realidade é provável que não sejam muito eficazes ao nível da previsão, explicação e controlo e que, se as perceções da realidade não estiverem em consonância com as principais expectativas e desejos, o fim da relação pode ser eminente.

No sentido de dar resposta à questão que emerge da divergência entre estas duas perspectivas – As expectativas positivas ajudam a manter a satisfação na relação ou, pelo contrário, contribuem para o seu decréscimo? –, é necessário considerar os diferentes objetivos que as expectativas sobre as relações íntimas podem cumprir. Estas tanto podem funcionar como objetivos estruturais que motivam e encorajam a sua confirmação ou como contrafactos com os quais os cônjuges comparam a sua relação atual. Deste modo, quando inspiram uma confirmação percetiva e comportamental, as expectativas revelam-se benéficas, ao passo que quando a sua confirmação não é possível, elas servem como contraste com o estado atual da relação, resultando numa avaliação mais negativa por parte dos cônjuges e estes, muitas vezes, acabam por decidir pelo divórcio. No fundo, quando os cônjuges têm competências para alcançar resultados positivos beneficiam de expectativas positivas, enquanto que na ausência de competências que permitam cultivar experiências positivas beneficiam mais de expectativas moderadas (McNulty & Karney, 2004). A ver pelos elevados números de ocorrência de divórcios, que, à partida, até poderiam significar um desinteresse pelo casamento e um descrédito desta instituição, possibilidade não confirmada em virtude das estatísticas relativas à taxa de recasamentos, parece que as expectativas cumprem, grande parte das vezes, a função de contrafacto, funcionando como um contraste com a situação atual. Assim, pode indagar-se sobre a possibilidade do aumento do número de divórcios não significar um desinteresse pelo casamento, mas antes o insucesso de homens e mulheres em fazer corresponder o casamento às expectativas que tinham (Ribeiro, 2002; Torppa, 2009). Por vezes, as expectativas pré-conjugais tendem a ser demasiado elevadas, na medida em que não têm em conta elementos da realidade, e divergentes entre os membros do casal, pois o que um espera do casamento não é necessariamente o mesmo que o outro (Costa, 1994), de modo que é reconhecida a importância da consistência de expectativas entre eles (Lin & Raghurir, 2005), contribuindo precisamente a convergência das expectativas de ambos para a sua realização (Waller & Mclanahan, 2005). Não parece ser, portanto, a instituição casamento em si a responsável pela morte do amor e da intimidade, mas antes o significado atribuído às experiências do dia a dia que os faz

fenecer (Costa, 2005) e gerar nos protagonistas da relação desapontamento em virtude da comparação das expectativas passadas com as circunstâncias presentes (Dreikurs, 1999; Juvva & Bhatti, 2006). O próprio reconhecimento consensual na literatura da exploração das expectativas para o casamento e do esforço para as tornar o mais realistas possível enquanto uma das dimensões a ser contempladas nos programas de preparação matrimonial, com o intuito de prevenir a desilusão decorrente da sua não realização e a instabilidade conjugal decorrente (Risch, Riley & Lawler, 2003), ilustra como, muitas vezes, são construídos castelos de areia no ar e é esperado o príncipe encantado.

O facto da maioria dos divórcios ocorrer nos primeiros anos de casamento, poderá corroborar esta fantasia em torno do matrimónio, visto ser a fase inicial a de maior idealização e, concomitantemente, onde ocorre o verdadeiro confronto com a realidade concreta e palpável da vivência a dois que nem sempre valida e consolida essas idealizações. Há uma visão positiva e romantizada desta fase, onde impera o mito "... e foram felizes para sempre", tendo por base a conceção de um amor romântico capaz de suprir todas as necessidades da vida. Associado a este paradigma de amor romântico e ao consequente "... e viveram felizes para sempre", encontramos uma panóplia de mitos relacionados com o casamento, nomeadamente "O nosso amor, o desejo e a paixão manter-se-ão inalteráveis com o passar do tempo", "Ele(a) deverá ser capaz de antecipar todos os meus pensamentos, desejos e necessidades", "Amar significa nunca me aborrecer com o meu companheiro" e "Amar significa estarmos sempre juntos" (Relvas, 1996). Com o casamento, segundo Costa (2005), o mundo da realidade entra em competição cerrada com o mundo da imaginação e do sonho onde foi construído o mundo dos afetos. Cada indivíduo traz as suas próprias características e atributos para a relação (Juvva & Bhatti, 2006), onde experimenta uma reconstrução da sua realidade individual, e parece estar a haver dificuldade neste processo de criação de referências comuns e de uma identidade conjugal.

A propósito das elevadas expectativas para o casamento, são desenvolvidas várias teorias e tecidas várias considerações no sentido de as justificar, sendo que uma delas é, por exemplo, pensar-se que a vivência do namoro tem alguma influência nestas discrepâncias ao nível do que os cônjuges esperam (Bonds-Raacke, *et al.*, 2001), na medida em que, por exemplo, o início das relações é marcado por rompantes de paixão que cegam para a realidade e suspendem o sentido crítico levando a que se deposite no outro um sem número de expectativas (Almeida, 2008). Há evidências de que o padrão e a vivência do namoro estão relacionados com as perceções do casamento, embora não esteja claro se é o significado atribuído ao casamento que influencia o namoro ou se são as experiências de namoro que influenciam o significado a ele atribuído. Em detrimento desta visão dicotómica, é possível que haja uma influência recíproca e bidirecional entre o namoro e o casamento (Hall, 2006). Portanto, independentemente da direção, parece haver

influência, de modo que é necessária investigação sobre os primeiros tempos de relacionamento. Segundo McGoldrick (1989, *in* Morris & Carter, 1999), tornar-se casal é uma das transições mais complexas e difíceis do ciclo de vida familiar, embora seja muitas vezes entendida como a menos complicada e a mais feliz, e uma visão romantizada da transição para o casamento pode resultar numa preparação inadequada e numa dificuldade e angústia acrescidas na sua vivência. Deste modo, sendo o casamento uma transição desenvolvimental tão exigente para os protagonistas, é substancial considerar a fase precedente de namoro, no sentido de explorar, por exemplo, as expectativas aí desenvolvidas e os recursos aí conquistados e tentar perceber se estes são suficientemente capazes de dar resposta a uma realidade tão exigente e positivamente expectada como o matrimónio.

1.3. Do Namoro ao Casamento: *uma história de polícias e ladrões. Conflito.*

*Qualquer um pode zangar-se – isso é fácil.
Mas zangar-se com a pessoa certa, na justa medida,
no momento certo, pela razão certa – isso não é fácil.*

Aristóteles

“As relações não são estáticas, unitárias e imutáveis, pelo contrário, fazem-se de experiências várias, diferentes estados de humor, prazeres e dores” (Costa & Narciso, 2001/2002, p. 184), de modo que se a relação romântica, tanto no namoro como no casamento, é, em determinados momentos, sinónimo de satisfação e bem-estar, certamente que noutros também o é de conflito e mau estar. Ninguém está isento de emoções e pensamentos mais escuros nas suas relações de intimidade (Fletcher, 2002), que resultam, por variadas vezes, em comportamentos destrutivos (Rusbult, Verette, Whitney, Slovik & Lipkus, 1991).

Tradicionalmente, a nossa cultura sempre manteve, e continua a manter, uma inequívoca relação negativa com o conflito (Jares, 2002), no entanto, embora seja assim maioritariamente interpretado, não devemos incorrer na tentação de estabelecer esta leitura. Ele pode definir-se como um processo interpessoal em que as ações de uma pessoa interferem com as ações de outrem (Hatfield & Rapson, 1993, *in* Narciso, 2001), face à divergência e incompatibilidade de necessidades e objetivos. Independentemente da cultura ou do momento histórico, ele é consubstancial e inevitável à natureza humana, na medida em que as pessoas são diferentes e, como tal, possuem diferentes interesses, metas, responsabilidades, opiniões e ideias (Jares, 2002). Costa (1998) considera que *“não é possível conceber uma relação entre pessoas (de amizade, de casamento, familiares ou outras) em que não haja divergências. Pensar diferente e sentir diferente é inerente às relações humanas e potencialmente fonte do seu enriquecimento. Discutir essas diferenças, aduzir*

argumentos, mostrar que não pensamos da mesma forma é absolutamente saudável.” (pp. 34-35). Portanto, não há relações emotivamente próximas que não sejam interpostas por conflito, pois ele é inevitável, inclusive nas conjugais (Tam & Lim, 2008), o que na verdade revela que elas são importantes para os envolvidos (Esere, 2003). Para além do conflito ser natural e indeclinável, atribui-se-lhe ainda outra característica realmente antitética em relação à concepção tradicional – a sua necessidade (Jares, 2002), visto que é promotor de desenvolvimento, diferenciação e autonomia e, conseqüentemente, de intimidade (Costa, 2005). Deste modo, ele não é necessariamente destrutivo, pelo contrário, sendo que o que o determina é a forma como os casais o gerem, e, muito embora ele seja natural na vida do homem, paradoxalmente não estamos preparados para lidar com ele numa grande parte das situações (Duarte, 2005).

Área amplamente estudada, os conflitos têm mais frequentemente associados ao seu despoletar fenómenos como as diferenças individuais, nomeadamente ao nível de traços de personalidade, a falta de companheirismo e proximidade emocional, as expectativas não correspondidas e crenças irracionais (Esere, 2003), a perceção de desigualdade laboral, as experiências extraconjugais, o consumo de álcool e drogas (Fincham, 2003) e ainda as famílias de origem, as finanças, a comunicação, os filhos e os grupos de pares (Baucom & Epstein, 1993, *in* Duarte, 2005).

Como acima referido, embora os conflitos conjugais sejam intrínsecos e necessários à relação e, portanto, inevitáveis, é de extrema importância a habilidade do casal para lidar adequadamente com eles, uma vez que esta tem impacto nos níveis de satisfação relativamente à relação (Esere, 2003; Fincham, 2003; Tam & Lim, 2008). As estratégias de resolução de conflitos utilizadas pelos casais são variadas, incluindo comportamentos que os mantêm, escalam ou os resolvem (Ridley, Wilhem & Surra, 2001). As respostas ao conflito apenas são construtivas quando incluem afetos positivos, humor, resolução de problemas, acordo, aceitação, empatia e escuta ativa (Gottman, 1991, *in* Narciso, 2001). Ao contrário, sequências de manipulação, ameaça e coerção, retaliação, inflexibilidade, rigidez, evitamento, dominância e subordinação aliadas a comunicação verbal e não-verbal negativas são estratégias onde o conflito é encarado destrutivamente (Greeff & Bruyne, 2000), o que se verifica nos casais mais insatisfeitos. E não obstante os indivíduos casados serem, em média, mais saudáveis quando comparados com os não casados, é unânime que os conflitos conjugais estão associados a uma saúde mental, física e familiar mais deficitária (Fincham, 2003), e que um casamento conturbado é, efetivamente, uma fonte privilegiada de stress (Tam & Lim, 2008).

Já que a gestão de conflitos é uma das tarefas mais importantes na manutenção de uma relação conjugal, diversos autores propuseram modelos de reação ao conflito, dos quais se pode destacar Fitzpatrick (1988, *in* Duarte, 2005) que, em função das componentes da *assertividade*

(atitudes e comportamentos cuja intenção é a satisfação das próprias necessidades) e da *cooperação* (atitudes e comportamentos cuja finalidade é a satisfação das necessidades do outro), definiu quatro estratégias de reação ao conflito – o *evitamento*, a *acomodação* ou *cedência*, a *colaboração* e a *competição*; Rusbult *et al.* (1991) que, postulando a *teoria da acomodação*, consideram que o modo como os cônjuges reagem ao comportamento potencialmente destrutivo dos parceiros estabelece diferença entre relações satisfeitas e não satisfeitas, correspondendo a “acomodação” à capacidade de, face a um comportamento negativo do parceiro, inibir respostas igualmente destrutivas e responder antes construtivamente, inibindo-o ou alterando-o; Fletcher *et al.* (1999) que defende que, em situação de conflito, é a capacidade de lidar com as suas emoções e cognições negativas e de as exprimir de forma positiva que diferencia os casais satisfeitos dos não satisfeitos (modelo da “*boa comunicação*”) e ainda que ignorar o conflito ou responder positivamente em detrimento da manifestação de desacordo é uma boa forma de se adequar a ele (modelo “*adequado da gestão de conflitos*”); e Gottman (1994, *in* Duarte, 2005) que no modelo da “*Cascata para a Rutura Conjugal*” descreve uma série de sinais que ocorrem tipicamente em casais infelizes em situação de conflito e que traduzem a possibilidade de término da relação, entre os quais elevados níveis de crítica, afirmações sarcásticas e de menosprezo, tom negativo nos momentos iniciais de uma discussão, más recordações e insucesso das tentativas de reconciliação. Refira-se ainda o *Padrão Exigência-Retirada* ou *Ataque-Evitamento* que, apesar de não se constituir como modelo, é de referência imprescindível devido ao esforço que representa no sentido de compreender, a partir da dimensão relacional e das variáveis individuais dos cônjuges, as diferenças entre homens e mulheres e ainda dos casais quanto ao modo de gestão dos conflitos. Este padrão traduz as situações em que um dos membros do casal pressiona o outro com pedidos, exigências e queixas e esse se retira com defensividade e passividade de modo a evitar os riscos da discussão (Fincham, 2003). Apesar de quase a totalidade dos estudos revelar que o papel de exigir/atacar pertence às mulheres, enquanto que o de retirar/evitar aos homens, isto parece ser válido apenas para quando as temáticas subjacentes à discussão são de maior interesse por parte delas, invertendo-se a tendência quando o tema é de preferência masculina (Heavey, Christensen & Malamuth, 1995). Outro estudo ainda revela que esta diferença em função do interesse suscitado pelo tema apenas acontece com eles, sendo que elas mantêm, em qualquer dos casos, uma postura de envolvimento e exigência na resolução do conflito (Verhofstadt, Buysse, Clercq & Goodwin, 2005).

Perante a diversidade de possíveis modos de reagir e gerir a conflitualidade conjugal, há evidências de que os indivíduos utilizam uma mescla de respostas ao conflito não envergando sempre a mesma postura face à divergência (Ridley, Wilhem & Surra, 2001).

1.4. Do Namoro ao Casamento: *uma história de afetos. O amor.*

Os afetos podem, às vezes, somar-se. Subtrair-se, nunca.

Pitágoras

É consensual o substrato afetivo das relações de intimidade e o papel de destaque do amor, revelando-se uma temática de discussão diversificada no panorama das ciências sociais e humanas, principalmente na Psicologia. Desde há séculos que não perde a titularidade de sentimento mais declamado, procurado e desejado, e que vem sendo evocado como razão de viver e sofrer, carregando a responsabilidade tanto das felicidades humanas como das suas mazelas (Oltremari, 2009). Desde a arte à ciência, sucedem-se as tentativas de o definir não havendo quem se negue a completar “O amor é...” (Dreikurs, 1999). Fruto do fervoroso interesse em desvendar os seus meandros, existe atualmente uma panóplia de abordagens e perspectivas sobre o amor, as quais permitem perceber, não obstante não serem sentimentos e não haver unanimidade no que se refere à relação entre eles e à importância de cada um, que paixão, intimidade e compromisso são considerados os principais componentes do amor (e.g., Sternberg, 1986). Em consequência destas tentativas em encontrar explicações, surge um amor compartimentado e fragmentado em estilos ou tipos, correndo o risco de perder-se o sentido do todo (Narciso, 1994/95) e dando origem, por vezes, a confusões terminológicas (Acevedo & Aron, 2009). Não é intuito do presente trabalho apresentar e discorrer sobre as várias teorias e modelos dos autores, mas antes refletir, num plano mais geral e sem pretensões de explicações exaustivas, a importância destas dimensões para as relações conjugais.

A intimidade, estrutura que suporta a relação e o amor (Costa, 2005), em virtude da sua complexidade, é um constructo difícil de definir, dando origem a uma multiplicidade de definições e teorias. É inquestionável que se reporta a um processo construído a dois, onde as histórias individuais de cada cônjuge são o ponto de partida. Falar de intimidade pressupõe falar de *autorevelação*, na medida em que dar-se a conhecer ao outro, desde a superficialidade à profundidade, é imprescindível para a criação de um sentido de proximidade; de *partilha*, no sentido de uma comunhão psicológica e material; de *apoio emocional*, uma vez que é fundamental o sentimento de ser compreendido, aceite e valorizado; de *confiança*, no que respeita à existência de expectativas para um futuro que se deseja comum; de *mutualidade*, pois é necessário que se reconheça que é uma construção partilhada, uma coconstrução; e, por fim, de *interdependência*, na medida em que é fundamental equilibrar a autonomia e a dependência face ao outro e à relação. Embora a intimidade implique a inclusão do outro no nosso autoconceito, a manutenção do nosso bem-estar e do da relação depende da capacidade de desenvolver um sentido de *self* independente dele (Neto, 2005). É interessante constatar como o conceito de intimidade assume diferentes

significações para homens e mulheres, sendo que para os primeiros ela refere-se a proximidade, partilha de atividades e sexualidade e, para as segundas, significa diálogo, revelação de sentimentos e opiniões, manifestação de afeto e compreensão (Duarte, 2005).

Na medida em que, atualmente, o casamento é um “ato de vontade” (Ribeiro, 2002), levanta-se a questão do compromisso na relação, que diz respeito à decisão de cada um dos cônjuges relativamente à manutenção da mesma, à não consideração de alternativas ao companheiro e ao empenhamento num projeto comum. Segundo Sternberg (1986), nos inevitáveis momentos de dificuldade que uma relação enfrenta, por vezes é esta dimensão do amor a única responsável pela continuidade da relação.

A paixão, componente ao qual é atribuído muita intensidade, engloba características cognitivas, como o pensamento intrusivo e a idealização do outro e da relação; características emocionais – atração, nomeadamente sexual, desejo de união completa e permanente, ansiedade, ativação fisiológica intensa; e características comportamentais, como a manutenção da proximidade física e o estudo do outro (*idem*).

A partir destes componentes, é derivado um jogo de combinações que resultam em diferentes “amores”, de entre os quais um amor apaixonado ou romântico (designações equivalentes para alguns autores, distintas para outros), onde predominaria a paixão combinada com a intimidade, sendo este o amor mais comumente retratado nas artes, e um amor companheiro, que já serenado da extasiante inquietação da paixão daria lugar a uma maior tranquilidade, onde imperariam a intimidade e o compromisso (*idem*). Mais do que as presenças e ausências dos componentes e respetivas combinações, devem sobressair as interações, sublinhando-se que à medida que a relação se atravessa no tempo ou é atravessada por ele nenhum componente pode permanecer igual. Paixão, intimidade e compromisso estão permanentemente sujeitos a metamorfoses e é por meio delas que se dá o desenvolvimento da relação (Narciso, 1994/95). É em comunhão com esta perspetiva dinâmica que os resultados mais recentes avançam ser possível a manutenção da paixão em relações de longo prazo, em detrimento do que tem sido amplamente acreditado (Acevedo & Aron, 2009). Acrescentam ainda que na base do pressuposto de que relações de muitos anos matam o amor romântico estão confusões terminológicas, considerando que é necessário e pertinente excluir a obsessão, pois essa existiria apenas no início do relacionamento o que não aconteceria com o interesse sexual, a intensidade e a elevada proximidade, também atributos da paixão, que são passíveis de serem mantidos ao longo do tempo. Portanto, as metamorfoses do amor e dos seus componentes não são definitivas e, muito menos, unidirecionais, mantendo-se sob uma continuada dança de interações e movimentos.

Pese embora se tenha refletido separadamente os processos afetivos, cognitivos e comportamentais, não se pretende uma leitura estanque dos mesmos, sendo que apenas por

questões práticas inerentes ao processo de investigação e até de escrita foram assim discutidos. É conhecida a sua complementaridade e interdependência, sabendo das marcadas interinfluências que os caracterizam.

Nos próximos capítulos, com o desenvolvimento teórico apresentado de fundo, continuar-se-á a refletir a conjugalidade, nomeadamente que significados assume hoje o casamento, quais as expectativas que despoleta, como é o conflito que nele se interpõe e qual a semântica do amor, e, se possível, gerar algumas respostas e interrogações enriquecedoras da investigação e da prevenção e intervenção terapêutica.

CAPÍTULO II. METODOLOGIA



A CONSTRUÇÃO DA HISTÓRIA.

CAPÍTULO II. METODOLOGIA. A CONSTRUÇÃO DA HISTÓRIA.

2.1. Enquadramento metodológico do estudo

Não é possível entender o casal se o isolarmos do tempo. O tempo é um diferenciador, um «fazedor» de diferenças. Diferenças quantitativas e qualitativas. Diferenças nas estruturas e nas significações. Há um «antes», um «agora» e um «depois», estados diferentes de uma mesma continuidade, metamorfozes, formas que se dissipam e organizam em novas formas, sem que, contudo, tal continuidade seja destruída ou impedida. (Narciso, 1994/95, p. 129)

Com esta conceção que privilegia o tempo no entendimento das relações conjugais como cenário de fundo, esta dissertação pretende desenvolver um olhar contínuo que se atravessa na linha do tempo, incorrendo numa viagem que vai desde a experiência de namoro à de casamento e que, portanto, revisita o «antes», passa pelo «agora» e projeta o «depois». Embora exista investigação acerca do namoro e do casamento, há uma ausência de estudos que cruzem ambas as fases e se pautem por uma perspetiva de continuidade contemplando, por exemplo, o momento da transição entre ambos os momentos relacionais. É reconhecida a necessidade de mais pesquisa com casais acerca da transição com o intuito de aceder a uma visão mais detalhada das atitudes, expectativas e crenças do casal relativamente ao casamento e ao cônjuge (Morris & Carter, 1999).

Deste modo, o principal objetivo do presente estudo é 1) compreender de que forma namoro e casamento se assumem realidades (des)contínuas no que respeita:

- aos *significados da instituição casamento*, nomeadamente aferir se a perceção do mesmo se vê alterada depois do casamento;
- às *expectativas*, designadamente perceber se as expectativas construídas no namoro (sobre o casamento, o parceiro e sobre o próprio na relação) se veem ou não correspondidas no casamento, bem como a eventual relação das mesmas com a emergência de conflitos nesta fase;
- ao *conflito*, nomeadamente à emergência, às fontes e às estratégias de resolução.

Para além deste, que privilegia a dimensão temporal, constituíram também objetivos da investigação: 2) explorar o processo de transição e decisão pelo casamento; 3) explorar os significados de conflito, nomeadamente perceber se existe uma correspondência entre estes e a significação atribuída ao conflito conjugal próprio; e 4) aceder a uma apreciação global de ambas as fases, namoro e casamento, nomeadamente no que respeita aos momentos mais e menos positivos, todos eles com uma intenção heurística e exploratória (Bardin, 2009). Ainda, tendo em conta que a importância do afeto na conjugalidade não pode ser negada (Gottman & Notarius, 2002), também se procurou 5) aceder aos significados do amor e à importância do mesmo na conjugalidade.

Na certeza de que são os narradores os verdadeiros e únicos especialistas das suas próprias *histórias* (Czarniawska, 2004), é a eles que se atribui o poder do conhecimento e o protagonismo do processo, afigurando-se, deste modo, a metodologia qualitativa, nomeadamente a entrevista, a melhor porta de entrada para os significados inerentes à vivência dos sujeitos.

A metodologia qualitativa coloca ênfase nos processos e nos significados, sublinhando a realidade enquanto socialmente construída e enfatizando a relação estabelecida entre o investigador e o objeto a investigar (Denzin & Lincoln, 1998). Ela permite aceder aos pensamentos, às emoções e aos sentimentos, facilita um estudo em profundidade e detalhe destes (Patton, 2002) e caracteriza-se pela heterodoxia no momento da análise, fugindo a concepções preconcebidas e valorizando uma visão integrativa e analítica (Martins, 2004). Visto caracterizar-se pelo estudo em amplitude e profundidade e pretender a elaboração de uma explicação válida para o caso (ou casos) em análise, não cabe, na utilização de uma metodologia de cariz qualitativo, a preocupação com a generalização (*idem*). Ela procura a compreensão dos fenómenos, segundo a perspetiva dos participantes (Neves, 1996), que no fundo é já em si uma interpretação, pois entre o tempo do acontecimento e o tempo presente do relato existe um conjunto de experiências que influenciam e orientam a visão construída do passado (Martins, 2004), de modo que, em última instância, tem-se acesso “apenas” às percepções do fenómeno e não a ele em si.

2.2. Método

2.2.1. Participantes: *Personagens principais & Narradores*

A *seleção* dos participantes foi realizada *por conveniência*, tendo-se definido, com base num conjunto de fatores, casais com as seguintes características: casados, pelo menos, há dois anos e se possível jovens, pois, para além de se pretender aceder à geração atual e ler os significados à luz da conjuntura presente, a maioria dos divórcios ocorre, atualmente, nos primeiros anos de casamento, e ainda dois anos como tempo mínimo, uma vez que há evidências de que os momentos iniciais protagonizam um período de fluxo perpassado pela aprendizagem de uma comunicação e modos de gestão do conflito construtivos e bem-sucedidos, sendo inerentemente uma fase mais propícia à mudança e turbulências a ela inerentes (Behrens & Sanders, 1994, *in* Carrère *et al.*, 2000; Noller & Feeney, 1998; Markman, Floyd, Stanley & Jamieson, 1984); que não tenham vivido em união de facto, para que se possa explorar os significados do casamento enquanto realidade que implica a passagem para uma vivência conjunta e assim perceber como se deu o confronto com os desafios por ela implicados; em que fosse o primeiro casamento, porque, naturalmente, a experiência de recasamento é muito diferente e tem significados e particularidades próprias; e que não tivessem filhos, visto a transição para a parentalidade representar, por inúmeras vezes, um período marcado

por elevados níveis de stress e acarretar uma larga escala de mudanças no relacionamento entre os cônjuges (Cowan & Cowan, 1995), nomeadamente ao nível da satisfação conjugal (Gottman & Notarius, 2002), tendo-se então pretendido excluir a interferência deste fator.

Foram entrevistados 5 casais (cada cônjuge separadamente), 5 sujeitos do sexo feminino e 5 do masculino com idades compreendidas entre os 26 e os 37 anos ($M=30,7$). No que respeita ao nível de escolaridade, apenas um dos participantes tem o ensino secundário, sendo que os restantes são todos licenciados, em variadas áreas de formação (gestão; economia; psicologia; engenharia; história de arte; enfermagem; medicina). O tempo de namoro varia entre os dois anos e meio e os nove anos, e o tempo máximo de casamento são cinco anos. Seis dos participantes são Católicos, dois referem não ter religião e dois são Adventistas do Sétimo Dia. Todos os casamentos foram religiosos.

Casais	Sexo	Idade	Profissão	Tempo Namoro	Tempo Casamento	Religião
c1_f	F	31	Gestora	5 anos	3 anos	-
c1_m	M	37	Engenheiro			Católica
c2_f	F	32	Psicóloga	2,5 anos	2 anos	-
c2_m	M	32	Engenheiro			Católico
c3_f	F	27	Estudante (2ª licenciatura)	5 anos	5 anos	Adv. 7º Dia
c3_m	M	32	Serralheiro			Adv. 7º Dia
c4_f	F	31	Médica	9 anos	4,4 anos	Católica
c4_m	M	33	Economista			Católica
c5_f	F	26	Enfermeira	5 anos	2,3 anos	Católica
c5_m	M	26	Técnico Bancário			Católica

Quadro 1. Caracterização dos participantes.

2.2.2. Procedimento de recolha da informação: Entrevista. O acesso às histórias.

A entrevista permite aceder à perspetiva do outro e entrar, de certo modo, na sua mente e mergulhar nas suas *histórias* (Patton, 2002). A entrevista realizada, semiestruturada, permitiu uma fala espontânea orquestrada mais ou menos à vontade pelos participantes ainda que com um guião orientador (cf. Anexo 1). Na medida em que configura uma “encenação livre daquilo que a pessoa viveu, sentiu e pensou a propósito de alguma coisa” (Bardin, 2009, p. 89), a entrevista valoriza a singularidade e é marcada pela multidimensionalidade das significações expressas, permitindo o acesso à idiossincrasia das vivências dos sujeitos e abrindo novas zonas de sentido. Assumia-se, portanto, como o meio privilegiado para exibir a fertilidade inerente às matérias da conjugalidade.

O guião da entrevista foi construído de raiz com o intuito de aceder às vivências e significações relativas às dimensões que se pretendiam explorar. De um modo geral, pode ser dividido em três partes, sendo a primeira referente ao período de namoro, incluindo os significados

do casamento, as expectativas para o mesmo, o conflito, a apreciação global desta fase e ainda o processo de decisão pelo casamento; a segunda ao casamento, nomeadamente a eventuais alterações nos significados a ele associados, à correspondência ou não das expectativas com a realidade encontrada, ao conflito, a uma apreciação global desta fase e às expectativas para o futuro; e, por fim, a terceira ao amor e à sua importância na conjugalidade, possibilitando ainda aos participantes eventuais considerações. Uma vez que exige uma visão retrospectiva do relacionamento conjugal, devem ter-se em conta as limitações inerentes ao processo de recordação – “Deixe-me andar um bocado para trás... Já foi há cinco anos” (c4_m); “Sabe que isto a pessoa tem que olhar para trás e fazer um bocadinho retrospectiva” (c4-f).

No sentido de validar a entrevista, isto é, de averiguar a pertinência e a adequação do guião, numa primeira fase este foi submetido ao olhar de um especialista nas questões da conjugalidade e da intervenção com casais e, num segundo momento, foi realizada uma entrevista experimental a um elemento de um casal, tendo-se tido em conta as sugestões propostas em ambas as situações.

Relativamente ao processo de *recolha* de dados, as considerações de natureza ética foram tidas em conta, na medida em que os objetivos do estudo foram explicados e a confidencialidade dos dados garantida, assinando ainda os participantes uma declaração de consentimento informado (cf. Anexo 2), na qual permitiam a gravação da entrevista em suporte áudio (para posterior transcrição integral). As entrevistas foram realizadas separadamente a cada elemento do casal, com o intuito de garantir um maior à vontade e sinceridade no discurso e ainda encontrar, *a posteriori*, pontos de convergência e divergência nas suas narrativas.

2.2.3. Procedimento de tratamento da informação: Análise de conteúdo. A leitura das histórias.

A análise de conteúdo, enquanto conjunto de instrumentos metodológicos que visa a inferência de conhecimentos, põe em evidência a “respiração” das entrevistas ao conciliar o rigor da objetividade com a fecundidade da subjetividade dos discursos (Bardin, 2009). Ela permite descobrir a estrutura interna da informação, através de três momentos organizados cronologicamente. Na *pré-análise*, a partir das transcrições integrais⁴ dos discursos, procurou-se uma organização inicial e não estruturada para os dados, partindo de impressões subjetivas e adquirindo, progressivamente, uma leitura mais precisa dos mesmos. Seguiu-se a *exploração do material*, na qual, por meio da codificação, se transformou o texto bruto em categorias, subcategorias e componentes (cf. Quadro 2), por meio de uma análise de conteúdo temática que teve em conta os temas do guião da entrevista. Por fim, procedeu-se ao *tratamento dos resultados*, sua *inferência e interpretação*, os quais serão apresentados e discutidos no capítulo subsequente (*idem*).

⁴ As transcrições integrais não constam em anexo para salvaguardar a confidencialidade dos participantes e das suas histórias.

Categoria	Subcategoria	Componente	Definição
NAMORO	Significados casamento	Do próprio	Significados atribuídos pelo próprio ao casamento na fase de namoro
		Relativamente ao outro	Percepções do próprio acerca dos significados atribuídos pelo outro ao casamento na fase de namoro
	Expectativas casamento	Do próprio	Expectativas do próprio para o casamento na fase de namoro
		Relativamente ao outro	Percepções do próprio acerca das expectativas do outro para o casamento na fase de namoro
		Frequência abordagem	Frequência com que as expectativas para o casamento eram abordadas no namoro
	Conflito	Emergência	Emergência do conflito na fase de namoro (frequência e fatores influenciadores)
		Fontes	Motivos/temas de conflito na fase de namoro
		Estratégias resolução	Estratégias de resolução dos conflitos na fase de namoro
	Apreciação global	Momentos melhores	Melhores momentos da fase de namoro
		Momentos mais difíceis	Momentos mais difíceis da fase de namoro
	Decisão casamento	Momento	Momento em que começaram a pensar avançar para o casamento
		Gestão	Gestão da decisão de avançar para o casamento entre os cônjuges
CASAMENTO	Alterações significados casamento	Do próprio	Eventuais alterações nos significados de casamento depois da sua ocorrência
		Relativamente ao outro	Perspetiva do próprio acerca de eventuais alterações nos significados do outro acerca de casamento depois da sua ocorrência
	Correspondência expectativas	Casamento	Correspondência (ou não) das expectativas construídas em namoro para o casamento
		Cônjuge	Correspondência (ou não) das expectativas construídas em namoro para o cônjuge
		Próprio	Correspondência (ou não) das expectativas construídas em namoro para si próprio enquanto marido/mulher
	Conflito	Emergência	Emergência do conflito no casamento (frequência e fatores influenciadores)
		Fontes	Motivos/temas de conflito no casamento
		Estratégias resolução	Estratégias de resolução dos conflitos na fase de casamento
	Apreciação global	Momentos melhores	Melhores momentos da fase de casamento
		Momentos mais difíceis	Momentos mais difíceis da fase de casamento
	Expectativas futuro		Expectativas para a relação no futuro
DIMENSÕES ATEMPORAIS⁵	Amor	Definição	Definição de amor
		Importância	Importância do amor na conjugalidade
	Conflito	Significado	Significados de conflito (em geral e do conflito conjugal próprio)

Quadro 2. Sistema de categorias, subcategorias e componentes.

⁵ Não se está a assumir que a definição e importância atribuída ao amor e os significados associados ao conflito são aspetos atemporais sendo inalteráveis com o curso do tempo, mas que no presente trabalho não foi objetivo explorá-los do ponto de vista temporal e longitudinal, ao contrário das outras subcategorias.

CAPÍTULO III. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS



A (MINHA) HISTÓRIA.

CAPÍTULO III. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS. A (MINHA) HISTÓRIA.

Proceder-se-á neste momento à apresentação e análise dos resultados orientados pelo sistema de categorias e subcategorias emergente, recorrendo, o mais possível, ao discurso daqueles que deram voz a estas narrativas. Realizar-se-á uma análise global das dez entrevistas e, nas subcategorias que o justifiquem, uma análise das díades conjugais.

3.1. Namoro (em retrospectiva)

No que concerne aos **significados de casamento** de cada um dos participantes na fase de **namoro**, é desde logo saliente a sua parca reflexão, visível através da verbalização direta (*“Sei lá, eu acho que não é uma coisa que a pessoa pense quando namora”* – c2_f), dos risos e das frequentes expressões de dúvida (*“Não sei”*; *“Se calhar”*) e dificuldade (*“Perguntas difíceis”* – c3_f; *“Ei, isso é uma coisa assim...”* – c5_f). Não obstante, uma multiplicidade de significados emergiu.

Ao encontro da perspetiva do ciclo de vida da família, onde a transição para o casamento é um marco significativo e sinalizador do início de uma etapa (Lindahl, Malik & Bradbury, 1997; Myers, 1998), este foi descoberto como *“uma coisa que mais cedo ou mais tarde iria acontecer”* (c2_m), que *“era lógico”* (c1_f) e *“uma coisa normal”* (c3_m); no fundo, era encarado como *“uma consequência da relação entre duas pessoas”* (c3_m), revelando ser para a maioria um objetivo desejável e que iria ter lugar nalgum ponto das suas vidas, como estudos a propósito dos significados associados ao casamento revelam acontecer com um grande número de jovens (Kefalas, Furstenberg & Napolitano, 2005). A justificar esta visão de casamento enquanto algo sequencialmente lógico estão o processo educacional e de socialização – *“Na minha altura, era muito incutida a ideia do casamento. Nós brincávamos a vestir as bonequinhas de noivas e fazíamos casamentos uns para os outros”* (c5_f) –, e as experiências familiares – *“Cresci, os meus familiares eram praticamente todos casados e isso, foi uma consequência”* (c3_m), o que era de esperar visto que o processo de formação de atitudes e até mesmo de expectativas face ao casamento tem o seu início na infância (Morris & Carter, 1999). Deste modo pode perceber-se como, apesar da crescente proliferação de novas configurações familiares, ainda subjaz à nossa cultura o ideal do casamento, da sua estabilidade e importância (Amaro, 2004), personificando um objetivo de vida com o qual crescemos até que sejamos crescidos o suficiente para o realizar – *“(O casamento) era quase aquilo que os mais velhos faziam”* (c2_m). Portanto se, por um lado, o casamento *“sempre fez parte”* (c5_f), por outro era encarado como um acontecimento a longo prazo, como *“uma coisa que estava para um dia”* (c2_m) e que *“nem se quer fazia parte da equação inicial”* (c4_m).

“Uma aposta naquela pessoa e na relação” (c1_f) era assim também significado o casamento, lembrando Fletcher e Simpson (2000), segundo os quais, particularmente no panorama contemporâneo das relações tingidas por elevadas taxas de divórcio, casar exige um voto de fé e um

nível de confiança, na sua ótica, difíceis de justificar de um ponto de vista puramente racional. Este compromisso e esta afirmação, tanto da pessoa como da relação, ocorrem necessariamente a nível interno e privado, mas também comportam o carácter público envergado precisamente pelo casamento que também significava reconhecimento do compromisso perante a sociedade (“O reconhecimento perante a sociedade, os amigos, a família e a sociedade em geral que nós, de facto, pertencíamos um ao outro” – c4_m). Para alguns dos participantes, aqueles para quem a dimensão religiosa assume maior preponderância, o casamento estava relacionado com o valor e importância do “sacramento” (c1_m; c4_f), invocando experiências pessoais e uma caminhada de fé como sedimentos deste passo (“Fui catequista, acredito (...) e foi por isso que casei com toda a convicção” – c4_f). A conceção de matrimónio proclamada pela religião (católica) enquanto compromisso responsável e consciente das dificuldades é ainda valorizada – “(...) ‘tá ali bem explícito que o casamento não vai ser sempre um mar de rosas, que vão ser dificuldades, mas que naquele momento ‘tá-se a assumir que se vai querer ultrapassar essas dificuldades com a outra pessoa, não é? Por isso é que se diz, acho eu, na saúde e na doença, na alegria e na tristeza, porque realmente a alegria de ‘tar com a outra pessoa vai permitir que, nos tempos de dificuldade, essas coisas sejam ultrapassadas” (c1_m).

Mas se para alguns dos participantes o casamento se revestia inequivocamente de importância, ele era claramente menos valorizado por outros (“Nunca atribuí assim muita importância ao casamento” – c5_m), afigurando-se um “contrato” (c2_f) e “um formalismo” (c5_m) com clara independência do sentimento – “casamento para mim nunca significou que as pessoas gostassem mais ou menos” (c2_f). No fundo, as significações emergentes oscilam entre dois pólos, conceptualizados por Hall (2006) numa análise da literatura acerca do tema: o casamento cuja natureza é elevada e distinta de outros estatutos e tipos de relações de intimidade e o casamento enquanto apenas uma de entre as várias formas possíveis de uma relação íntima ser equacionada. No extremo, casamento era sinónimo de “má vida”, “prisão” e “perda de vontade própria (...) e de alguns interesses” (c3_f) para um dos participantes, que sustentava a perceção negativa em relacionamentos anteriores (“Tinha tido um mau namoro e isso, se calhar, influenciou”) e no contacto com casamentos pautados por conflito (“Olhando para as pessoas que eu conhecia casadas, hhhh! [expressão facial de desagrado]”).

O desconhecimento e as expressões de dúvida (e.g., “Acho que... Sei lá.” – c2_f), mas agora acerca dos significados de casamento relativamente ao cônjuge, mantiveram-se ilustrando como, de facto, a discussão dos significados de casamento de cada um dos parceiros não é uma reflexão intencionalizada enquanto namoram – “nunca falamos sobre isso” (c4_f). Ainda assim, quando arriscam partilhar as suas perceções acerca das significações do cônjuge sobre casamento, revelam ter uma noção relativamente exata acerca dos significados que este assumia para ele,

muitas vezes idênticos aos seus (*“Acho que ele também tinha mais ou menos a mesma opinião que eu”* – c5_f). Contudo, corroborando que os significados associados ao casamento claramente são um terreno não desbravado na fase do namoro, sobressaem desajustes nalguns casais como um dos participantes considerar que o casamento para o cônjuge foi consequência da pressão e tradição familiar, aspeto não considerado por ele, ou ainda outro referir que o companheiro significava negativamente o casamento (*“Ele também não devia ter assim uma grande ideia do casamento, até também pelos pais dele”* – c3_f), o que não parece ser verdade, ou, pelo contrário, significava-o positivamente quando na verdade detinha uma visão negativa.

Enquanto namoravam, o casamento era expectado como o encontro de um *“companheiro para toda a vida”* (c3_f), emergindo o carácter vitalício que, à partida, este compromisso configura e concebido o seu término apenas sob circunstâncias extremas, tal como parece ainda acontecer, apesar de tudo, com grande parte dos jovens adultos (Markman, Rhoades, Stanley, Ragan & Whitton, 2010; Torppa, 2009). As **expectativas para o casamento** construídas aquando do namoro por cada um dos participantes também passavam pela partilha da filosofia de vida (*“era partilharmos os mesmos valores”* – c1_f) e pela resposta a uma necessidade de segurança e apoio, *“emocional e (...) também mais instrumental”* (c2_f), o que é consonante com a literatura (Hall, 2006; Myers, 1998): *“era ter uma pessoa ao meu lado (...) que me aconselhasse, que me ouvisse, que me ajudasse nas fases difíceis”* (c1_f); *“Quando tenho um problema eu posso partilhar com ela porque sei que ela vai entender e vai fazer um esforço para entender o meu ponto de vista”* (c2_m).

Casamento traduzia também a construção de *“um sítio a que possamos chamar um lar, onde nos sintamos bem, onde possamos ter o nosso espaço”* (c2_m) e, intimamente relacionada com esta necessidade de estabelecer limites entre espaços assegurando o do casal, casar possibilitaria saciar o anseio de aumento da intimidade e, portanto, poder estar *“completamente à vontade”* (c2_f) com o cônjuge, *“acordar juntos e dormir juntos”* (c5_f) e mais unidos (*“nos unirmos muito mais”* – c4_f). Estreitamente relacionado com o aumento da intimidade, expectavam *“aumentar a qualidade e o tempo de partilha”* (c4_f), ansiando uma nova dinâmica relacional na qual estar com o outro *“passaria a ser a coisa natural do dia a dia”* (c1_m). *“Ter filhos”* e *“constituir família”* era outra grande expectativa para o casamento.

No fundo, todas as expectativas pareciam suster uma como basilar, a da felicidade conjunta – *“Acordarmos os dois bem-dispostos e estarmos os dois felizes ao lado um do outro”* (c2_m) – e o casamento parecia assumir-se como a fórmula para *“acima de tudo, ser feliz”* (c5_f). E é assim aliás, enquanto projeto de realização da felicidade e de necessidades como o amor, a intimidade e o compromisso, que ele é patenteado na literatura (Morris & Carter, 1999). Ainda assim, muito pela influência das concepções sociais (*“Pelo que me dizem”* – c4_m), parecia também ser já minimamente esperada uma diminuição do espaço individual e uma necessidade de cedência com o

casamento – *“íamos perder, quer um quer outro, alguma margem de manobra e algum espaço também e tinha que haver aqui cedências de parte a parte”* (c4_m).

A respeito das expectativas do outro para o casamento, sobressaiu a similaridade e concordância com as do próprio, sustentadas em necessidades, por exemplo de afeto, semelhantes – *“Nós somos os dois duas pessoas muito afetuosas e, portanto, acho que somos muito parecidos ao nível do... Apoiamo-nos muito um no outro em termos do afeto, não é? Em termos, sei lá, ter um dia muito mau e chegar a casa e saberes que aquela pessoa vai perceber e vai-te dar afeto e vai-te dar mimos e... Há pessoas que não necessitam disso, nós os dois precisamos.”* (c2_f).

Contrariamente aos significados relativos ao casamento, claramente uma dimensão não explicitamente contemplada na vivência do namoro, a abordagem das expectativas revela ser uma dimensão mais complexa. A sua *regularidade* parece ser determinada pelo tempo da relação, sendo diminuta no(s) primeiro(s) tempos (*“Acho que num primeiro ano não”* – c1_f; *“Nos primeiros anos não”* – c3_m) onde o casamento é ainda um acontecimento a longo prazo (mais para uns do que para outros, naturalmente), nomeadamente pela existência de projetos precedentes e mais imediatos, como a conclusão de projetos académicos, o que denota a importância de situar as relações na linha do tempo. O *modo* de abordagem das expectativas era geral e não detalhado (*“Não falávamos assim muito detalhadamente”* – c5_f) e informal e espontâneo (*“Era uma coisa que ia surgindo”* – c2_m). Em relação ao *tema*, para além e até mais do que as expectativas para o casamento, era a *“relação em termos de continuidade, fosse marcada pelo casamento ou pelo viver juntos”* (c2_f) que era discutida, assim como a motivação e o tipo de casamento (*“As conversas que tínhamos tiveram muito a ver com a questão dela querer perceber o porquê de eu gostar que fosse mesmo casamento e pela igreja”* – c1_m), e o *“para quando”* (c4_m). O gerúndio enquanto modo verbal maioritariamente empregue é indicador de que o diálogo e a partilha de expectativas ia acontecendo, ainda que não deliberada e intencionalmente, o que não significa ser suficiente levando a que se interrogue se não deveria haver uma exploração e conhecimento mais profundos das expectativas do próprio e do parceiro – *“algumas expectativas que ela criava e que eu não me apercebia que ela tinha criado essas expectativas, quando saiam um bocadinho ao lado, ela ficava muitíssimo desiludida e abatida”* (c1_m).

Uma leitura global dos significados associados ao casamento e das expectativas que sobre ele erguam revela que, pese embora maioritariamente representado enquanto opção pela felicidade, não ostentavam uma visão demasiado idealizada à qual se associam perigos *a posteriori*, denotando uma consciência realista dos desafios que o casamento e a coabitação despoletam. E, efetivamente, segundo Kefalas, Furstenberg e Napolitano (2005), a voluntariedade em assumir o compromisso, à partida, está sustentada num processo de desenvolvimento e mudança pessoal que predispõe o indivíduo para os esforços implicados na edificação de um casamento e de uma família. Não

expectar que o casamento, assim como o cônjuge, vão representar a perfeição e de que tudo vai correr bem é igualmente destacado como muito necessário para o bem-estar da relação num estudo qualitativo que explora as expectativas que várias mulheres, depois de casadas, consideram ter sido negativas e destrutivas para a qualidade e estabilidade conjugal (Faubert, 2008). Por sua vez, consideram que esperar tempos difíceis, imperfeição e dificuldades no casamento é construtivo, tal como também é saliente por alguns dos participantes.

(c1_m): *“(O casamento) não é um floreado, não é uma telenovela de se pensar que a vida vai ser sempre cor-de-rosa. (...) eu nunca pensei que (ela) fosse uma pessoa perfeita no sentido em que nunca iria fazer nada que me irritasse um bocadinho”.*

(c4_m): *“Não era um mar de rosas todos os dias, isso também já não estava com uma visão utópica do casamento.”*

Alegando que o namoro é a *“fase do tudo é bonito e tudo se aceita”* (c1_f), justificam a baixa emergência de **conflito** nesta fase, fazendo sobressair uma maior e natural tolerância no namoro quando comparado com o casamento. As características pessoais, nomeadamente a pré-disposição para o conflito (também assinalada na fase de casamento), foram apontadas como tendo influência no surgimento e no modo como experienciam os conflitos nas suas relações, o que é concordante com um estudo de Geist e Gilbert (1996, *in* Sanderson & Karetsky, 2002) que concluiu que as diferenças de personalidade interferem no modo como os indivíduos lidam e resolvem os conflitos nas relações de intimidade. A este propósito são notórias diferenças de género, assumindo-se as mulheres como as que mais facilmente despoletam o conflito contrariamente ao que se passa com eles que, frequentemente, o procuram evitar. Evidência esta que vai ao encontro da literatura onde são refletidas diferenças de género na resposta ao conflito íntimo, havendo por parte delas uma menor probabilidade de o evitar e, por sua vez, uma maior tendência para o incitar, ao passo que eles com mais frequência o evitam e se retiram (Faulkner, Davey & Davey, 2005; Fincham, Beach & Davila, 2004; Narciso, 1994/95) – *“Ele dá qualquer coisa para não ter uma discussão.”* (c3_f); *“Eu sou uma pessoa que gosto muito pouco de discutir e, portanto, quem levantava as questões normalmente nunca era eu.”* (c1_m); *“Normalmente era eu que ficava muito chateada”* (c2_f). Uma vez que as mulheres mais frequentemente se definem em termos dos seus relacionamentos (Myers, 1998), pode indagar-se sobre a possibilidade de por isso ser maior a sua preocupação com a relação, sendo conseqüentemente mais exigentes e mais difíceis de satisfazer.

As características pessoais, para além de interferirem diretamente na emergência propriamente dita do conflito, também constituem uma das suas fontes. A somar aos atrasos, que *“eram [suspiro] horríveis e davam imensos conflitos”* (c2_f), diferenças na valorização ou na atenção dirigida a determinados acontecimentos (*“os nossos conflitos tinham a ver com eu não ter dado uma importância a determinada coisa, uma importância semelhante ao que ela deu. (...) ela achava que*

*eu tinha dado importância a menos, eu achava que ela tinha dado importância a mais” – c1_m), na expressão emocional (“a maioria das nossas discussões tinha a ver, com ela, por vezes achar que eu era muito pouco expressivo quer nas alegrias quer nas tristezas e eu, às vezes, achar que ela exagerava na expressão das alegrias não, mas das tristezas.” – c1_m; “Ai, eu gostava que tu fosses diferente. Chora, ri!” – c4_f) e na postura e ritmos de vida (“o facto de eu ser uma pessoa muito organizada e um bocadinho obsessiva e o (ele) é uma pessoa um bocadinho mais desligada” – c2_f; “Eu achava que ele era parado demais, ele (...) devia achar que eu era acelerada demais” – c3_f) eram frequentes gatilhos para o conflito, tal como sugere Esere (2003), fazendo notar como numa relação podem ser inúmeras as diferenças entre os parceiros e que estas, ainda que não incitem necessariamente o conflito, aumentam a sua possibilidade de ocorrência. Há, efetivamente, estudos que revelam que quanto mais acentuadas as discrepâncias entre as características pessoais menor a probabilidade da relação ser marcada pela estabilidade (Falk, 1975, *in idem*).*

Também as necessidades pessoais na relação e os respetivos tempos, muitas vezes não condizentes entre ambos, constituíam motivo de conflitualidade – *“nós não estávamos na mesma sintonia (...) as nossas necessidades, às vezes, fazem com que uma pessoa esteja a andar um bocadinho mais rápido e a outra pessoa até não consiga acompanhar, mas não quer dizer que não queira acompanhar”* (c2_f). Acrescente-se ainda *“as relações anteriores que as pessoas têm”* (c2_f), na medida em que, às vezes, são a origem de alguma *“insegurança”* (“(Ela) tinha saído há pouco tempo de um relacionamento que não tinha funcionado muito bem e a maneira como terminou acho que também não foi a mais pacífica, portanto estava escaldada” – c2_m).

Na fase de namoro, as famílias de origem, designadamente os diferentes padrões familiares de ambas e as crenças religiosas, também eram fonte de conflito, ilustrando como realmente o amor só transporta o casal para a ilha deserta na lua de mel (e mesmo aí...).

(c2_m): *“(...) suscitou alguns problemas (entre nós), porque tipicamente os meus pais são demasiado protetores (...) E isso no início fez(-)lhe alguma confusão – «Então, mas porquê? Tu és adulto, fazes o que queres», e eu expliquei-lhe «É verdade, sou adulto, faço o que quero, mas já tive algumas discussões com eles e, inclusive, já ouvi uma vez e não quero ouvir mais que eu estou em casa deles e tenho que respeitar as regras que eles põem».*”

(c4_m): *“A maneira de ser é diferente, a maneira de se comportar é diferente. (...) No início, não era fácil quer eu perceber algumas coisas, quer ela perceber outras coisas. (...) cria alguns atritos entre nós também no início.”*

Grupos de pares distintos era ainda outra fonte de quezílias enquanto namoravam – *“os amigos que eu tinha não eram, não tinham exatamente a mesma maneira de ser, não tinham os mesmos ambientes, nem os mesmos hábitos que os amigos (dela). (...) eu ‘tava habituado a*

conviver com umas pessoas, às vezes forçava um bocado para estar com elas, (ela) não ‘tava tão agradada com isso e o contrário também acontecia.” (c4_m).

As características pessoais, para além de interferirem na emergência do conflito e estarem regularmente na sua origem, também têm influência ao nível das estratégias de resolução, o que, mais uma vez, sublinha a sua centralidade no relacionamento interpessoal e, naturalmente, conjugal. A necessidade de uma maior objetividade nas explicações é exemplo disso (“(Ela) é *muito mais objetiva e (...) faz questão de ficar esclarecida, de explicar à outra pessoa, neste caso a mim, o que, de dizer o que não gostou, porquê que não gostou e está à espera de uma objetividade também da outra parte a explicar porquê que aconteceu e explicar porquê que não vai voltar a acontecer. (...) pedia explicações que eu não conseguia dar*” – c1_m). A par, fatores como a intensidade e a relevância atribuída ao conflito também interferem na sua resolução (“*Nunca foi assim nada de grave (...) Acho que acabavam por perder a relevância de um dia para o outro*” – c1_f).

Excertos de narrativas como “*Na altura em que se namora há (...) um desligar natural, não moramos no mesmo sítio e há algum tempo para, quer um quer outro, refletir*” (c4_m) e “*tem sempre a parte boa do namoro, não é?, que depois com o casamento acaba (...). Cada um acabava por ir para sua casa e no dia a seguir as coisas já parecia que foi ridículo a discussão*” (c1_f) espelham o afastamento inerente à vivência de namoro como sendo em si mesmo uma estratégia de resolução, na medida em que permite uma relativização das situações. Intimamente associado a ele está o tempo que, por sua vez, possibilita uma resignificação – “*se deixarmos passar algum tempo pomos as coisas noutros termos, mudar ligeiramente uma ou outra nuance até conseguirmos entrar em acordo e haver um consenso entre os dois*” (c4_m).

A comunicação era também um mecanismo de resolução por excelência, pois “*sem diálogo como é que se entende o quê que vai lá do outro lado?*” (c3_m), reconhecendo que uma comunicação aberta e eficaz é essencial para o crescimento e desenvolvimento pessoal e ainda para o entendimento e sucesso conjugal (Morris & Carter, 1999; Myers, 1998). Do ponto de vista da qualidade da comunicação, acontece que ambos os elementos assumiam diferentes posturas, sendo elas mais interventivas ao passo que eles recorriam mais ao silêncio (“*Discutíamos. Eu discutia! E ele dizia “A bicicleta é tua!” [risos]. Era mesmo isto, às vezes, e eu ainda ficava pior, porque eu gosto de luta e ele não gosta nada de luta*” – c3_f), algumas vezes considerado uma estratégia que contribuía eficazmente para a resolução – “*Quando a pessoa entra em conflito o silêncio dele ajuda de alguma maneira*” (c4_f). Este padrão de interação aquando da gestão da conflitualidade conjugal já dava indícios de proximidade com o padrão *Exigência-Retirada* que, no período de casamento, se viria a afirmar. Neste processo de resolução, destacam também a cedência como fundamental – “*Ou um ou outro acabava sempre por ceder alguma coisa*” (c5_m) – considerando que “*engolir um*

bocadinho o orgulho só faz bem” (c3_m), assim como o sentido de humor – *“Muitas vezes, é com sentido de humor que ele me consegue dar a volta”* (c4_f).

Para um dos quatro casais, a oração era também uma estratégia recorrentemente utilizada e cujo contributo para a resolução era eficaz, permitindo uma maior consciencialização do que estava realmente em causa – *“Eu fazia a oração e chorava (...) e depois ligava-lhe e pedia desculpa”* (c3_f).

Recuados no tempo e lançando um olhar retrospectivo sobre a vivência do namoro, foi unânime, aquando da **apreciação global**, a eleição da fase inicial como um dos melhores momentos (*“A fase inicial é sempre muito interessante”* – c5_m; *“A fase inicial é a melhor”* – c4_m). A sustentá-la está a descoberta mútua característica deste período (*“Quando comesças uma relação também tens que descobrir a outra parte”* – c2_f; *“o iniciar da relação, de quê que nós gostamos, o quê que nós vamos fazer, que comportamentos é que temos um ao lado do outro (...) descobrir a pessoa (...) é a melhor parte”* – c2_m), as emoções positivas dela decorrentes (*“muito divertido (...) muito engraçado”* – c5_f), e a idealização também típica que resulta numa *“tendência para se ver apenas o bom”* (c4_m) (*“Durante essa fase de início de namoro parece que só há os positivos (...) É o príncipe encantado”* – c1_f). De facto, sendo a fase inicial dos relacionamentos afetivos aquela onde a paixão atinge níveis mais elevados e existindo evidências de que quanto mais apaixonados mais os indivíduos enviam os seus julgamentos e avaliações da relação e do parceiro numa direcção positiva (Fletcher, 2002), é facilmente compreensível a unanimidade na consideração do início como um dos melhores momentos. A satisfação consequente de verem correspondidas as expectativas criadas – *“à medida que isso vai encaixando naquilo que nós estamos a construir daquela pessoa, aquilo que nós sabemos que somos e aquilo que eu estou à espera que ela seja, acho que é, pronto, é giro.”* (c2_m) – evidencia a construção de padrões relacionais e a avaliação permanente a que submetemos o outro e a relação no sentido de perceber a concordância com esses mesmos padrões, tal como advoga Fletcher (2002).

Mas se a fase inicial é tão entusiasmante por ser sinónimo de descoberta, um conhecimento mais profundo que permita uma melhor compreensão e uma maior responsividade no apoio ao outro é também agradável – *“também acho que é muito bom quando já há o conhecimento, quando a outra pessoa já nos conhece e já nos sabe ajudar, não é? (...) a pessoa já sentir que a outra parte nos conhecia e nos conseguia dar conselhos adequados a nós, não vistos pelos olhos dele.”* (c1_f).

O ensaio de *“vida de casado”* e a experimentação de uma maior proximidade e maior tempo em contacto protagonizado pelas férias faz delas mais um dos melhores momentos – *“Fizemos ali algum tempo de vida de casado (...) e sentimo-nos muito bem com isso e muito confortáveis com isso”* (c1_m) e *“as férias era o tempo que ‘tavamos juntos todos os dias”* (c2_f). A completude da apreciação global da fase de namoro para alguma das participantes não aconteceria sem elencar o pedido de casamento e a fase de noivado pelas emoções positivas que desencadeiam (*“a fase de*

noivado eu senti mesmo o noivado, assim aquela fase de encantamento, o meu pedido de casamento foi uma coisa que me surpreendeu imenso. (...) aquele momento que me emocionou muito foi o meu pedido de casamento” – c4_f), lembrando a importância dos rituais e de como estes funcionam como reconhecimentos, internos e externos, de mudança e de como facilitam a adaptação às transições do desenvolvimento familiar. Tanto estes rituais como o próprio dia de casamento são eventos emocionalmente coloridos que cumprem a função de união e afeto entre o casal, configurando boas oportunidades para que este reforce o seu sentido de equipa e autoria conjunta (Crespo, 2007).

No que concerne aos momentos mais difíceis, estes aconteciam *“quando havia discussões, era quando as coisas não corriam bem” (c2_f), destacando, sobretudo eles, “o tempo todo que se perde, a energia toda que se gasta no conflito para não chegar a lado nenhum” (c2_m). Momentos que exigiam distância física, nomeadamente por questões académicas ou profissionais, também se revelaram de dificuldade acrescida – “Foi difícil, foi muito difícil ir e deixar, ele ficar cá” (c4_f) e “quando ela ‘teve um mês a trabalhar em Lisboa, (...) nesse mês só tínhamos algum tempo ao fim de semana, que era algo a que não estávamos habituados” (c5_m). Ainda, se a idealização normativa na fase inicial da relação sustentava que essa fosse um dos melhores momentos, a sua quebra configura, por sua vez, um dos mais difíceis – “é quando se começa a perceber que não são só coisas boas, que também há coisas más e há coisas más que nós não gostamos e há coisas más que nós vamos ter que ceder, porque se não a coisa não vai funcionar.” (c4_m).*

Acerca da **decisão pelo casamento**, importa considerar a dimensão temporal, os fatores que interferem com ela, o modo como é gerida e ainda uma análise das díades. A concretização do projeto de casamento está dependente da autonomia e independência financeira de ambos os elementos (*“Tivemos que aguardar para ter condições. Estabilidade, emprego” – c5_f; “não me fazia sentido estar a casar e ainda não ter independência económica” – c4_f;*), bem como da existência de outros projetos paralelos, nomeadamente académicos (*“ambos trabalhávamos e ambos íamos estudar e ia ser um bocado pesado se tivéssemos acabado de casar, ninguém estava em casa” – c1_f; “havia uma altura em que tenho que estudar muito para o exame de acesso à especialidade (...) essa etapa tinha que ser ultrapassada sem estar casada para mim” – c4_f*), revelando que, na conjuntura atual, avançar para o casamento é algo para o qual os jovens apenas se sentem preparados quando estabelecidos e consolidados em papéis adultos, empurrando-o para pontos mais tardios do ciclo vital. Portanto, se antes estar casado significava que se era adulto, atualmente tem que se ser adulto para estar casado (Kefalas, Furstenberg & Napolitano, 2005). A forte necessidade de ter concluídos alguns projetos antes do casamento revela ainda o reconhecimento de que este exige tempo e disponibilidade. Para além destes, também a idade com que se inicia o namoro influencia o “quando” do casamento, sendo que quanto mais tarde maior a

consciencialização implícita de que o casamento será um passo próximo (*“foi um bocado óbvio para ambos que uma relação naquela idade (...) era para ser”* – c1_f), e ainda, naturalmente, os tempos e necessidades individuais (*“As pessoas têm o tempo delas e ele... Acabamos por ir levando a relação até sentirmos que «Então, e agora? Já estamos nesta fase e agora?», pronto e aconteceu”* – c2_f) são igualmente fatores que determinam o momento de avançar para o casamento.

Pese embora estes fatores, a gestão desta decisão parece ter sido muito pacífica e partilhada, até porque é algo que implícita e tacitamente se foi desenhando em cada um deles. De facto, o casamento vai gradual e silenciosamente afigurando-se um projeto – *“A dada altura já tínhamos alguma consciência. ‘Tava implícito que queríamos continuar juntos para o resto da vida e que isso passaria pelo casamento’* (c1_m) –, sem que haja um momento decisivo que o determine – *“Não houve uma dada altura em que houvesse um clique”* (c2_m); *“quer-me parecer que normalmente é assim, não há aqueles flashes que dão de repente. Acho que foi uma coisa muito natural”* (c1_m).

Do ponto de vista das díades relacionais, ressalta uma idiosincrasia neste processo de pensar e transitar para o casamento, sendo que cada uma das cinco *histórias* tem as suas particularidades. Existe o cenário em que ambos julgam ter começado a desenhar esta hipótese ao mesmo tempo até porque vinha estando implícito que o futuro da relação passava pelo casamento; existe aquele em que um deles começou a pensar na coabitação o que, como para o parceiro só fazia sentido casando, levou a que se refletisse este passo; e existe ainda o quadro em que a hipótese de casar se afigura mais repentinamente sem que haja momentos ou necessidades distintas.

3.2. Casamento

Depois de consumado o casamento, a maior parte revela uma manutenção dos seus significados, ainda que alguns dos participantes tenham experimentado **alterações** nos seus **significados** de casamento, ilustrando como a vivência, muitas vezes, é determinante na significação atribuída ao fenómeno. Com o casamento, apercebem-se de como este é uma descontinuidade da experiência de namoro, ao invés do que previamente poderiam pensar – *“Acho que antes do casamento uma pessoa vê um continuar da relação de namoro. (...) não é a continuação do namoro”* (c1_f). E não o é quer pelo “peso” que o casamento enquanto afirmação vitalícia imprime, quer pela coabitação implicada: *“o casamento, só por si, tem o peso de a pessoa sentir que teve ali um contrato, entre aspas, uma afirmação para o resto da vida. No nosso caso, como não vivíamos juntos e para mim isto nitidamente foi a fase mais negativa, o depois do casamento foi ali uma adaptação um bocado difícil, porque lá está, tínhamos feitos um bocado, muito diferentes, o ir viver juntos agudizou essa diferença de feitos, não é? E, portanto, nessa altura*

foi mesmo o sentir «Pronto, o casamento é uma coisa que tem que durar, isto tem que correr bem!» [risos] (...) nunca tinha pensado no casamento como uma versão tipo... não é a continuação do namoro, é uma coisa que a pessoa depois, para o bem e para o mal, tem que saber aguentar e essa fase de início dos feitos, de acomodação da maneira de estar, não é?, de viver em casa, não é? (...) E, portanto, aí eu senti assim um bocado aquele peso do casamento.” (c1_f). A passagem para uma experiência de coabitação, para além da significativa adaptação que exige, representa perdas, modificação de papéis e assunção de novos compromissos, sobrepondo-se, por exemplo, o papel de marido ao de filho, (Carminatti, 2009) que também contribuem para a descontinuidade entre namoro e casamento – “É o choque de vivermos juntos, independentemente de haver casamento ou não, e é todas as perdas que tu fazes quando decides viver com alguém, não é?, a perda de... O teu papel deixa de ser tanto de filha, não é?, como eras até casares ou até viver junto, para depois passar a ser o papel de esposa, não é? É... São muitos lutos que tu tens que fazer e, por aí, é difícil.” (c2_f).

Ainda que haja indicadores da existência e da interferência do “peso” do casamento, nomeadamente pela dimensão do “para sempre” (“Era aquela coisa se ainda namorássemos isto pronto, podia não correr bem, se não corresse bem cada um ia para o seu lado [risos]. Depois, ali não. Começamos e já estávamos casados” – c1_f), parece ser o facto de passar a viver-se com o cônjuge a fonte de maior ruído e stress, sobretudo quando se dá em coocorrência com o casamento, considerando grande parte dos participantes que as exigências de adaptação experimentadas nos primeiros tempos de casamento seriam exatamente as mesmas se não houvesse a celebração matrimonial mas apenas a vivência conjunta. A coocorrência intensifica o desafio, defendendo alguns deles que um passo de cada vez teria sido melhor opção, enquanto que outros advogam ser a precedência da experiência de coabitação um sinal de uma maturidade precária e insuficiente para dar o passo do casamento. Visto por inúmeras vezes terem emergido nas entrevistas os significados da união de facto enquanto outro possível ritual fundador da conjugalidade, quer como alternativa permanente ao casamento quer como experiência temporária que o precede, esta *História* não estaria completa sem adiantar algumas reflexões sobre esta porta de entrada na conjugalidade.

(c1_m): “Eu acho sempre que esse tipo de soluções de união de facto, de viver juntos é uma forma de dizer (...) «Eu não tenho a certeza e se correr mal é mais fácil resolver a questão». E eu isso não queria de maneira nenhuma, porque eu sabia, sabia quer dizer, tinha consciência que o casamento era uma coisa que não era fácil e não é dizer que queria ter o casamento com todas as coisas para...para tornar mais difícil depois o rompimento, não. Era só assumir com tudo o que é possível que era aquilo que eu queria e que sabia que haveria momentos difíceis e não queria para mim achar que «Pronto, mas eu vou dar um passo de cada vez, porque se for muito difícil é mais fácil, entre aspas, safar-me...» (...) a própria frase «viver junto antes de casar» a mim mete-me muita confusão. Acho que a ideia de que o compromisso se pode ir assumindo é que eu não concordo com

ela. Acho que para isso existe o namoro em que mesmo aí antigamente quando se namorava já tinha de ser à séria. (...) Agora o assumir um compromisso não acho que seja por etapas, porque, e eu felizmente tive essa experiência, as dificuldades vão surgir e se se achar «Ai vou fazendo por etapas e à medida que as coisas forem correndo bem eu vou avançando mais», acho que funciona ao contrário porque à primeira dificuldade as pessoas vão achar é «Ainda bem que não dei o passo à frente, porque assim posso voltar atrás».

(c2_m): “É relativamente simples, sem querer desvalorizar, mas é relativamente simples duas pessoas decidirem «Ok, vamos viver juntas» e no dia seguinte ‘tão as duas debaixo do mesmo teto e acabou. Planear, organizar um casamento, casar e passar a ser marido e mulher eu acho que obriga a um bocadinho mais de entrega, eu acho que é uma coisa um bocadinho mais madura. Portanto, não me choca, não tenho nada contra a união de facto, mas não, eu acho que o casamento é um passinho além. Não quer dizer que as pessoas não venham a ter problemas, que não haja casais que gostam menos um do outro do que casais que estão em união de facto.”

(c3_f): “E eu achava «Então, quer dizer se é para viver junto então porque não casar?», porque depois, sei lá, tenho aquela ideia então se eu não quero casar, se eu não arrisco, o quê que eu vou fazer com a pessoa? Vou viver só para ver se dá? Então, não faz sentido, na minha cabeça não faz sentido, e continua a não fazer sentido.”

Nestes exemplos, a experiência de coabitação enquanto prelúdio ao casamento é perspectivada numa lógica de experimentalismo relacional, onde a relação é posta à prova para só depois, se tiver “dado certo”, ser oficializada, o que tem para eles subjacente uma conotação de facilitismo e um menor comprometimento deixando aberta uma fácil via de fuga. Por outro lado, os apologistas da união de facto, quer enquanto experiência transitória de encadeamento do namoro para o casamento quer enquanto alternativa, de facto, prolongada no tempo, advogam nada ter que ver com o sentimento experimentado e ainda funcionar como uma plataforma de ajuste que, a posteriori, beneficiaria o casamento ao não coocorrer com o início da vivência sob o mesmo teto, perspectiva esta partilhada por adolescentes e jovens que a entendem como uma possibilidade de aumentar um casamento bem-sucedido (Martin et al., 2003).

(c2_f): “Casamento, sei lá, para mim nunca significou que as pessoas gostassem mais ou menos, o viver junto sim era uma coisa que eu queria experimentar. (...) quando duas pessoas gostam uma da outra o casamento não tem que ser necessariamente algo que oficialize isso. (...) Para estar mais tempo com a outra pessoa, o viver junto parece-me razoável”.

(c1_f): “Termos vivido juntos antes acho que tinha facilitado, porque quando casássemos, embora ambos víssemos importância no casamento, mas pelo menos essa parte dos feitos já estava adaptado (...) O que até aqui não vias como uma preocupação «Olha, esta pessoa pode ficar comigo para a vida ou não”, e, portanto, não inculcias ali tanto “isto tem que mudar ou isto tem que...” (...) se

tivéssemos vivido juntos antes, tínhamos na mesma a mesma diferença de feitios e tudo isso, não tínhamos o peso de já estar casados e, portanto, se calhar era aquela coisa «Vamo-nos adaptar, se nos adaptarmos». Não havia aquela coisa de «Pronto, agora casamos! Bem, isto está a dar tudo mal e o que é isto?» [risos]”.

Também há quem considere a união de facto equivalente ao casamento, simplesmente porque sente que ele não acrescenta nada à relação, evidenciando uma orientação para uma visão mais desinstitucionalizada da conjugalidade, ainda que, no fundo, mesmo para esses o casamento continuasse a fazer parte dos planos, ilustrando como a coabitação, efetivamente, se apresenta mais vinculada a momentos iniciais de transição na vida familiar do que a lógicas de substituição do casamento (Aboim, 2005) – *“acho que o facto de viver juntos e casar, o formalismo do casar, não há assim grande diferença. Ou seja, eu assumiria para mim de que se viéssemos viver juntos, se fizéssemos uma união de facto, era a mesma coisa do que estarmos a casar. (...) se tivéssemos decidido «não, vamos antes viver juntos», eu encararia da mesma forma essa união (...) se pudéssemos viver juntos e não tivéssemos oportunidade de casar, se calhar adiávamos esse facto e vínhamos viver juntos.”* (c5_m).

Considerando as orientações religiosas dos participantes, é visível que, tanto como fase experimental ou como alternativa ao casamento, a união de facto é menos aceitável de entre os que se declaram religiosos (Católicos e Adventistas do Sétimo Dia) e mais favoravelmente concebida pelos não crentes, o que é consubstanciado por alguns autores (Sacareno, 1997, *in* Leite, 2003). A religiosidade parece desempenhar um papel importante no desenhar das opções por parte dos cônjuges, sendo que aqueles que optam pela união de facto são geralmente menos religiosos, o que, segundo Soons e Klmijn (2009), é um dos fatores que contribui para justificar o maior bem-estar encontrado em casais unidos pelo casamento. Curioso ainda como também a idade de início da conjugalidade parece ter influência ao nível dos percursos conjugais, sendo que modalidades mais informais de constituição do casal, como a união de facto, tendem a ocorrer sobretudo em idades que contrastam com o período biográfico modal de início da vida a dois situado na primeira metade da década dos vinte anos (Aboim, 2005) – *“pessoas que começam a namorar na faixa etária em que (nós) começamos, não é?, portanto, vinte e sete anos (...) é muito diferente, o namoro não é igual a quando tens dezoito ou dezassete ou dezanove, é completamente diferente, as coisas desenvolvem-se muito mais rapidamente, tens muito mais necessidade de estar com a pessoa mais tempo, porque a intimidade também é maior e depois, a partir de determinada altura, tu pensas «O.k., faz sentido se calhar passarmos mais tempo juntos, que tal vivermos juntos?»”* (c2_f).

Acerca dos efeitos da coabitação no casamento, a investigação não é consensual, havendo estudos que desvendam uma maior e mais rápida desilusão e indicadores mais baixos de qualidade conjugal quando o casamento é por ela precedido, ao passo que outros evidenciam que ela pode

ajudar os casais a prepararem-se para o casamento, sendo esta uma dimensão ainda relativamente obscura (Morris & Carter, 1999). Mais recentemente, Soons e Kalmijn (2009), concluíram que o casamento comparativamente com a coabitação eleva o bem-estar, o que na ótica dos autores pode dever-se, para além da religiosidade acima referida, ao maior investimento e ao maior horizonte temporal dos indivíduos casados, mas alertam que nalguns países onde a coabitação está mais institucionalizada as diferenças ao nível do bem-estar são praticamente inexistentes. Portanto, as características do país, nomeadamente a maior ou menor institucionalização da coabitação, são fundamentais para discutir e entender o bem-estar associado a cada uma das opções de conjugalidade, ainda que não seja consensual a melhor trajetória, se viver junto para casar ou casar para viver junto.

Ainda acerca das alterações dos significados associados ao casamento, estreitamente relacionado com a perceção de descontinuidade no que respeita ao namoro, encontra-se uma perceção de casamento menos idealizada e mais consciente da dificuldade por parte daqueles que, no namoro, não o percecionavam como tão difícil – “*quando namorava e pensava em casamento nunca na vida pensei assim numa coisa [expressão de dificuldade]*” (c1_f); “*Pensei que podia ser mais fácil nalgumas fases (...) há fases menos boas de ultrapassar*” (c4_m). Por sua vez, o participante que percecionava negativamente o casamento na fase de namoro, depois de casar considera que “*não há melhor vida que a de casamento*” (c3_f), resignificando-o por completo.

Quando questionados sobre a eventual alteração de significados mas agora relativamente ao cônjuge, quem admitiu ter alterado o seu significado estendeu a sua resignificação ao considerar que o parceiro também o fez, mas, acedendo à narrativa dos parceiros, constatou-se que em apenas um dos casais houve realmente uma mudança de significado por parte do outro. Um dos participantes que, depois de consumado o casamento, se apercebeu da real dificuldade que este implica, considerou que o cônjuge também tinha experimentado esta resignificação, o que este não refere ter acontecido mas antes ter mantido exatamente a mesma visão até porque já a considerava muito realista. Noutro casal, ambos consideram que o outro o resignificou, à sua semelhança, num sentido de maior positividade, o que efetivamente aconteceu. Os restantes, ainda que admitindo nunca terem pensado ou falado no assunto, consideram que tal como eles também os cônjuges não alteraram o modo como significavam o casamento.

Relativamente à **correspondência de expectativas** para o casamento, de um modo geral todos consideram que este corresponde, no momento presente, às expectativas traçadas aquando do namoro. Portanto, as alterações nos significados acima verificadas não aparentam ter causado ruído ao nível das expectativas que parecem ver-se satisfeitas.

Também as expectativas desenvolvidas para o cônjuge se encontram correspondidas ou superadas. Ainda que o tempo de namoro e experiências como as férias e os fins de semana conjuntos que nele vão tendo lugar permitam conhecer bem o outro, o casamento, mais precisamente a experiência de coabitação (*“Uma pessoa quando vive junta uma com a outra acaba por descobrir determinadas características que, se calhar, não vivendo acaba por não descobrir”* – c5_f), permite a descoberta de novas características ou, sobretudo, uma maior consciencialização e valorização de algumas já conhecidas (*“Sabia que (ele) era uma pessoa mais caseira, agora sei que realmente nitidamente há dias que ele quer mesmo ficar em casa, não é? [risos] A partir de agora isto é mesmo assim, porque agora ‘tou casada com esta pessoa, portanto aos domingos à tarde ficamos em casa [risos].”* – c1_f), uma redefinição nas atribuições (*“Eu achava que algumas coisas que, para mim, pareciam exageros, na fase de namoro, que (ela) tinha em relação a algumas situações teriam a ver não com ela ser mesmo assim, mas como sendo uma forma, para simplificar, não era só isso, mas como uma forma de chamar a atenção e de pronto, querer atenção. E com o casamento descobri que não é isso. (...) isso surpreendeu-me muito”* – c1_m) e a perceção de uma maior intensidade (*“alguma impulsividade. Não que eu não soubesse que ela existisse! (...) não ‘tava à espera que fosse assim tão... Quando muito (...) posso não saber a intensidade, mas claro que aquilo lá estava eu já sabia, não descobri quando me casei.”* – c4_m). Ainda assim, o casamento possibilitou algumas surpresas no que respeita ao outro, nomeadamente o sentido de humor – *“Ali eu vi uma outra faceta que eu não conhecia, de palhacinho a brincar com o pai”* (c3_f) – e uma maior competência na gestão doméstica (*“Nunca imaginei que ele fosse desenrascar-se tanto depois de tanta ajuda”* – c4_f; *“Não sabia cozinhar (...) agora ele faz-me o almoço”* – c5_f). Todos os aspetos que se revelaram negativamente surpreendentes, não pelo seu desconhecimento total mas pela ausência de noção e consciência da sua fonte ou intensidade, constituíram-se motivo de conflito, o que alerta para a real necessidade e importância de um bom heteroconhecimento entre os cônjuges. Casar com alguém, é casar com o pleno e com a totalidade desse alguém; com tudo o que tem de bom e com tudo aquilo que provoca fricção no nosso sistema pessoal.

E se pensar na existência de características do outro que se tenham revelado novidade depois do casamento ofereceu alguma dificuldade, olhar e pensar em si próprios e na correspondência de expectativas que para si tinham criado foi um desafio ao qual grande parte reagiu com surpresa, evidenciando como a projeção no desempenho futuro do papel de cônjuge não era um exercício frequente em namoro. Não obstante, descobriram-se diferentes do que previamente expectavam nalgumas dimensões, diferenças que passam por uma maior flexibilização (*“acho que me via sempre muito mais naquela de «Há coisas, há convicções!» que a pessoa tem em mais nova ou antes de casar que depois quase se tornam também irrelevantes por veres que não tem importância”* – c1_f); uma maior necessidade de espaço individual (*“Acho que, por vezes, sou*

demasiado reservado e se calhar ainda gosto de ter algum espaço só meu que vivendo com (ela), às vezes, não deveria ser tão egoísta, deveria partilhar mais as minhas coisas.” – c1_m); uma maior (“eu surpreendo-me pela positiva quando sinto que nestes dois anos não é uma dor de cabeça para mim esta gestão toda doméstica” – c2_f) ou menor (“Eu devia ter um bocadinho mais jeito para essas coisas (...) Eu imaginava-me (...) mais dona de casa do que o que sou. – c5_f) competência na gestão doméstica; e ainda uma maior facilidade na desvinculação às figuras parentais que o casamento proporciona (“também me surpreendeu o facto de eu ter conseguido desvincular-me, desvincular-me da tal relação que eu tinha com os meus pais, não é?, mais próxima, e ter conseguido desvincular-me saudavelmente e estar nesta relação e sentir «Pronto, o.k., agora as coisas são outra etapa, eu já não sou filha, sou esposa, e pronto». – c2_f).

Na fase de casamento, a emergência do **conflito**, quando comparada com a fase precedente de namoro, de um modo geral parece ter diminuído, ainda que nos primeiros tempos se registre um aumento considerável, mais saliente sobretudo num dos casais, pois as incompatibilidades acentuam-se, é-se confrontado com as dificuldades em geri-las e é-se “assombrado” pelo carácter vitalício do casamento – “O primeiro ano de casamento foi (...) muito mau. Nós tivemos imensos conflitos, até depois no final do ano tivemos conflitos graves. (...) nós não conseguimos gerir [risos]. Porque acho que nessa fase nós não nos conseguimos perceber um ao outro. Porque eu não conseguia perceber a importância que (ela) dava a determinadas coisas e (ela) não conseguia perceber que o facto de eu não ter reagido da maneira como ela tinha idealizado não significava...(...) A estratégia foi a mais errada possível, creio eu, foi eu se já falava pouco passei a falar ainda menos e (ela) passou obviamente se já, entre aspas, implicava com algumas coisas que ela achava menos bem nas minhas atitudes, passou a ter mais razões ainda” (c1_m); “o primeiro ano foi mesmo de adaptação e mais complicado. (...) acho que muito pelo peso de já estar casado. (...) «Pronto, agora casamos! Bem, isto está a dar tudo mal e o que é isto?»” (c1_f). Mais uma vez, é notória a fase de ajuste que se impõe no início, sustentada na literatura que refere serem os primeiros anos, dois sobretudo, tempos de adaptação e aprendizagem, nomeadamente de como comunicar adequada e eficazmente com o outro e de como resolver construtivamente os conflitos. Numa perspetiva desenvolvimental, em que o casamento é concebido como atravessando diferentes estádios cada um deles com os próprios desafios desenvolvimentais, a comunicação bem-sucedida e a resolução dos conflitos construtiva seriam as tarefas desenvolvimentais ao encargo dos recém-casados (Markman, Floyd, Stanley & Jamieson, 1984, *in* Carrère *et al.*, 2000). Mas se o momento de construção de uma identidade conjugal é, muitas vezes, tumultuoso e com dificuldade acrescida, também é um período de fluxo onde os padrões de interação podem estar mais permeáveis à influência e à mudança (Behrens & Sanders, 1994, *in* Carrère *et al.*, 2000), o que pode constituir-se um bom aliado no processo do casal descobrir o seu *modus operandis*. Esta permeabilidade pode

ainda ser lida como um terreno fértil para eventuais intervenções de ajuda junto do casal - *“chegámos a ter aconselhamento... E pronto, o aconselhamento acho que ajudou, porque conseguimos falar, cada um dizer aquilo que pensava, ‘tando uma terceira pessoa, acho eu que é mais fácil dizer sem que a outra pessoa sinta que ‘tá a ser acusada. (...) houve alguns conselhos que nos deram que nós tentámos seguir e que vieram amenizar e melhorar muitíssimo a forma como nos relacionamos e essa parte dos conflitos ficou muito mais...”* (c1_m).

A contribuir para a diminuição da frequência de atritos entre os cônjuges parece estar um conhecimento mais profundo e sedimentado do outro a par de uma consciencialização de que não se vai transformá-lo (*“ao longo do tempo conheces a pessoa e aquilo já é óbvio, já não é assim algo que tu vás implicar, não vai mudar, não é?”* – c1_f), uma menor relevância atribuída aos pormenores, a adaptação, uma crescente ocupação com outras questões, nomeadamente profissionais, e a segurança inerente à vivência a dois e ao casamento (*“O casamento ou o viver junto traz mais segurança à relação, sentes-te mais segura”* – c2_f).

Ao nível das fontes, comparativamente com o namoro, mantêm-se as características pessoais (*“continuamos a ter conflitos de feitio”* – c1_f; *“Traços de personalidade que dão choque”* – c4_m), pois *“há uma certa parte que é tão inata a nós que não conseguimos mudar. E isto há de sempre criar aqui algum atrito”* (c4_m), e o grupo de pares (*“Tenho uns amigos que queriam ir lá jantar a casa e (ela) não morre de amores pela mulher de um ou dois deles e força um bocado para as coisas não acontecerem. E eu forço um bocado para acontecer e há alguns atritos de vez em quando.”* – c4_m). Surge agora nesta fase do relacionamento a vida sexual (*“na vida sexual também não pensamos da mesma maneira [risos]. (...) achava que depois de casados, para mim, a frequência devia ser para mim uma coisa mais...maior! (...) Isso foi mais uma das coisas que entrava nas discussões”* – c1_f) e sobretudo a vida profissional, o que é sustentado por um estudo com casais recém-casados que evidenciaram ser o equilíbrio entre a esfera profissional e a familiar a dimensão mais problemática (Risch, Riley & Lawler, 2003), havendo outro que conclui que o conflito entre trabalho e família é exigente levando à exaustão emocional (Senécal, Vallerand & Guay, 2001). A propósito da esfera profissional, são os horários de saída um dos motivos mais frequentes de quezília (*“quando eu digo que vou sair uma hora e tal depois e o dia já é mau e (ela) ‘tá à minha espera”* – c2_m; a *“profissão (dele) realmente muito exigente em termos de tempo, em que ele chegava muito tarde a casa. (...) eu notei algum desgaste, no sentido de achar que realmente o tempo era essencial (...) o conflito seria mais esse”* – c4_f), bem como os próprios conflitos laborais que, pelo impacto negativo que despoletam no indivíduo, resultam no efeito frequente e paradoxal de magoar e tratar injustamente uma das pessoas que mais se ama (Fincham, Beach & Davila, 2004) e evidenciam como o conflito é influenciado por fatores contextuais, de entre os quais os elevados níveis de stress que se fazem sentir nalguns dias em particular e as múltiplas exigências e

solicitações (Fincham, 2003): “quando te aborreces com alguma coisa no trabalho (...) tu acabas por trazer para casa muita coisa que não consegues despejar no teu local de trabalho, não é?, porque não convém [risos], então acabas por trazer para casa isto e um bocadinho deslocas para a pessoa errada esta coisa, das chatices que tens.” (c2_f); “eu venho chateada com alguma coisa da faculdade, chego a casa e chateio-me toda”. (c3_f). Ainda que o casamento traduza uma vontade de destacar e dar centralidade ao domínio familiar a dada altura do ciclo vital, a esfera profissional, sobretudo na contemporaneidade, não parece ser tão facilmente subordinada à primeira, mantendo-se ambas como muito relevantes para a realização pessoal e para o autoconceito, inclusive das mulheres (Senécal, Vallerand & Guay, 2001). Este crescendo da dimensão profissional enquanto fonte de conflitualidade pode encontrar justificação no facto de neste momento do percurso de vida os indivíduos quererem consolidar a relação que será a base da sua família mas também a profissão que será a base da sua subsistência (Rosa, 2009), havendo uma coincidência temporal entre o desafio de identificação e consolidação com uma carreira e o desenvolvimento de uma crescente capacidade para a intimidade (Myers, 1998).

Relativamente à gestão doméstica e financeira, visto serem dimensões não contempladas no diálogo no namoro, poderia indagar-se se, *a posteriori* no casamento, iriam revelar-se fonte de conflitos, o que pareceu não acontecer. Sobretudo no que respeita à gestão doméstica, percebe-se que estava implícito para todos os participantes que esta era da responsabilidade de ambos, reconhecendo, à semelhança de um elevado número de jovens nos últimos anos, que a hierarquia tradicional baseada numa divisão do trabalho consoante o género não é mais viável (Kefalas, Furstenberg & Napolitano, 2005), esbatendo-se, portanto, as diretrizes acerca de quais os domínios de competência feminina ou masculina (Morris & Carter, 1999) – “*havia determinadas coisas que eu sempre achei que, nos dias de hoje, era quase obrigatório, não é? A partilha de tarefas domésticas sempre achei que era uma coisa óbvia*” (c1_f). Corroboraram que atualmente há uma certa indiferenciação no desempenho de papéis entre homens e mulheres, devendo ambos assumir as responsabilidades domésticas, familiares e profissionais (Torres, 2000), envergando uma conceção de união marcada pela mutualidade e igualitarismo.

Ainda sobre as fontes do conflito, ao que parece estas sofrem alterações com a transição do período de namoro para o de casamento, predominando antes domínios exteriores à relação e depois domínios mais interiores (Duarte, 2005). Efetivamente, as famílias de origem e a insegurança (relacionada com relações anteriores) evocadas enquanto fontes de conflito no namoro já não surgem no casamento, dando lugar à vida sexual que previamente não era motivo de divergência.

Uma vez despoletados, de um modo geral não parecem haver diferenças consideráveis nas estratégias usadas para os resolver quando comparadas com as da fase de enamoramento, exceto a anulação do afastamento enquanto estratégia natural e inerente ao namoro - “*Na fase de namoro,*

quando os conflitos surgiam depois vai cada um para sua casa, depois por telefone as coisas vão-se resolvendo, no dia seguinte as coisas já estão mais amenizadas. Vivendo junto é um bocadinho mais complicado.” (c1_m). Não obstante, ainda que não tão usual e espontaneamente, o afastamento continua a ser uma hipótese – *“se virmos que as coisas estão mesmo quentes, vai um para uma divisão, vai outro para outra e ficamos um bocadinho sem falar, sem interagir até que mais tarde (...) as coisas já estão mais calmas e resolvem-se.”* (c2_m).

No que respeita à comunicação, o padrão *Exigência-Retirada* ou *Ataque-Evitamento* já saliente em namoro vê-se acentuado, na medida em que recorrentemente elas estão ativamente investidas, falando e exigindo, e eles, para evitar os riscos da discussão, mantêm-se defensivos e passivos, o que vai ao encontro da maioria dos estudos que revelam pertencer às mulheres o papel de exigir/atacar e o de retirar/evitar aos homens (Fincham, 2003; Fletcher, 2002): *“quando há conflitos eu sou mais de falar, falar, falar e (ele) é mais de estar calado. (...) Ele é aquela pessoa que cala, que, às vezes, me irrita solenemente [risos] «Mas tu não me respondes?»”* (c4_f); *“normalmente resolve com: eu resmungo, pronto, ele ouve.”* (c5_f). Portanto, se o silêncio (deles) é por vezes uma característica que ajuda à resolução, noutras instala ou intensifica o conflito, sendo gerador de não satisfação nas mulheres (Narciso, 1994/95) – *“Eu reconheço que acho que, às vezes, quando a pessoa entra em conflito o silêncio dele ajuda de alguma maneira, se bem que de alguma maneira também me mexe ali com o sistema nervoso. (...) Às vezes, pode também se virar”* (c4_f). Segundo Verhofstadt *et al.* (2005), para eles a retirada/evitamento representa um mecanismo de evitamento da escalada, enquanto elas o leem como sinal de hostilidade. Adiantando hipóteses explicativas, os mesmos autores interrogam se os homens, do ponto de vista biológico, não estarão tão naturalmente equipados para lidar com situações de conflito. As diferentes experiências de socialização a que homens e mulheres são sujeitos, nomeadamente no que concerne à gestão das emoções nas relações, assim como as características tendencialmente associadas aos papéis sexuais feminino e masculino podem sustentar este padrão, onde elas procuram e eles evitam o envolvimento.

O pedido de desculpa com vista à remoção da ofensa e à reconciliação enquanto restauradora do relacionamento é também uma estratégia utilizada para pôr termo ao conflito, na medida em que o transgressor espera através do *“desculpa”* (c3_m; c5_m) uma motivação negativa diminuída por parte do cônjuge e, simultaneamente, inspirar o comportamento de aproximação (Fincham, Beach & Davila, 2004). O *“sentido de humor”* mantém-se uma *“ótima estratégia”* (c4_m), havendo evidências que, de facto, a habilidade para usar afeto positivo, como o humor, durante os conflitos é essencial e prediz um futuro relacional saudável (Driver & Gottman, 2004). A oração, para o casal que já a ela recorria enquanto catalisador da cedência, do reconhecimento e do perdão, mantém-se uma boa estratégia – *“Acreditamos que há um Deus que gosta de nós e nos quer ver juntos”* (c3_m); *“quando nós oramos, fazemos a oração da noite dá para acalmar. Quando ele*

começa a orar e a dizer, sei lá, a pedir a Deus perdão pelas nossas atitudes, acabou-se o orgulho, fico logo desarmada, porque aí já não posso discutir com ele, ele acabou de pedir desculpa... Bolas... E então conseguimos resolver as coisas antes de dormir, o que eu acho que é muito bom.” (c3_f). Também é saliente como agora, no casamento, há uma maior tomada de perspetiva e colocação no lugar do outro (“Ele começou a pensar um bocado como é que eu pensaria (...) Percebe que eu vejo de outra maneira e eu também percebo que ele vê” – c1_f), o que é de significativa utilidade na resolução do conflito.

Precisamente a resolução dos conflitos e o alcance de uma adaptação mais plena ao outro são elencados como dos melhores momentos quando tecem uma **apreciação global** do tempo de casamento (“A reconciliação, depois daquele primeiro ano complicado” – c1_m; “Ah, estamos a conseguir encaixar. Isto tá a começar a amenizar” – c1_f). A par, fazer, construir, no fundo viver a dois é para muitos o melhor do casamento – “Todos os projetos a dois” (c2_f); “É quando nos deitamos, quando acordamos” (c2_m); “A própria vivência a dois” (c4_f); “É o facto de podermos estar juntos, de podermos fazer as coisas juntos” (c5_f); “O facto de poder estar junto, o facto de poder dormir quase todos os dias juntos, o poder partilhar” (c5_m). Ainda a intimidade alcançada que quase permite “conhecer a outra pessoa tão bem como a nós” (c2_m) e “andar a passear pela casa de roupa interior” (c5_f). Também as “férias são sempre excelentes fases” (c4_f), assim como o dia de casamento e a lua de mel já que “não há nada de negativo nesses dias” (c4_m).

Se momentos de resolução dos conflitos são dos melhores, o conflito é naturalmente um dos mais difíceis, destacando-se a primeira fase de adaptação – “Mais difíceis... Estes choques que, às vezes, houve, mais ao início, em que não havia uma compreensão bem do que poderia ser feito ao outro e houve aqui alguma, não era incompatibilidade, mas algumas diferenças que tiveram que ser limadas e geridas para se encaixar” (c4_m). Situações que despoletam um sentimento de impotência face ao sofrimento do outro, como “perda de familiares”, são igualmente difíceis – “eu sinto que eu quero ajudar e não consigo (...), tu vês que aquela pessoa está a sofrer muito e tu não consegues, não consegues diminuir o sofrimento” (c2_f), bem como acontecimentos que obriguem a mudanças estruturais e funcionais do sistema, onde novamente a morte de um elemento familiar implica uma reestruturação de funções e responsabilidades – “a fase mais complicada na nossa vida de casado foi quando a minha mãe faleceu e nós tínhamos o meu pai para tomar conta” (c3_m); “o termos que mudar de casa de repente, o termos que ficar com uma pessoa do dia para a noite nas mãos” (c3_f) e, por último, a “gestão dos horários” – “o facto de não termos propriamente muito tempo, tanto tempo quanto gostaríamos” (c5_f).

A excessiva interferência da vida profissional na pessoal também é elencada – “a altura do projeto dele e acho que isso foi assim a altura mais complicada. (...) o momento mais difícil enquanto casamento foi o ano em que ele realmente chegava muito tarde a casa, tinha muito pouco tempo

disponível para mim, eu sentia que ele não ‘tava a ser recompensado por aquilo que ele estava a fazer, que ao mesmo tempo estava a desgastar o casamento” (c4_f).

Findado o olhar retrospectivo, desafiou-se um projetivo explorando as **expectativas para o futuro**. A principal expectativa é *“aumentar a família” (c2_f)*, considerando a procriação, inclusivamente, *“o passo seguinte na relação a dois” (c2_m)*. Além desta, é expectada a manutenção de uma filosofia de vida comum, a continuidade na partilha da *“maneira de ver as coisas”* e na comunhão de *“valores como a verdade, a sinceridade” (c1_f)*. No fundo, desejam continuar juntos e partilhar o fenómeno natural e inexorável do envelhecimento com saúde – *“Que estejamos juntos, com saúde” (c3_m)*; *“Fazermos os 25 anos de casados, os 50 e estarmos os dois muito velhinhos” (c5_f)*.

3.3. Dimensões atemporais

As subcategorias consideradas anteriormente atravessam-se e organizam-se num eixo temporal, sendo o objetivo analisá-las e cruzá-las no namoro e no casamento. Dada a existência de outros aspetos respeitantes à relação conjugal que foram explorados mas não de um ponto de vista temporal, como a definição e importância do amor e os significados associados ao conflito (em geral e ao conflito conjugal próprio) criou-se a presente categoria.

Relativamente à definição de **amor**, pese embora surjam nas narrativas os três componentes, à semelhança de um estudo de Narciso (1994/95) acerca das significações de amor, é evidente um predomínio da intimidade comparativamente à paixão e ao compromisso, na medida em que privilegiam o bem-estar e a felicidade do outro (*“Não há nada que me deixe mais feliz do que vê-la a ela feliz e continuar a ser a pessoa capaz de proporcionar isso. (...) deixa de ser importante para mim o quê que eu acho, passa a ser importante o quê que nós achamos ou o quê que nós queremos. Não me adianta nada ter o meu desejo concretizado, já não faz sentido, porque eu já não estou sozinho, a minha vida agora é a dois, o equilíbrio é a dois.” – c2_m*; *“É preocupar-me mais com o bem estar dela do que, às vezes, com o nosso” – c3_m*); o conforto com a proximidade e o bem-estar alcançado quando com o outro (*“É aquela vontade que nós temos de infinitamente estar com aquela pessoa que nos faz sentir a melhor pessoa do mundo. Eu acho que (..) é a vontade que nós temos de estar sempre com aquela pessoa, de nos sentirmos bem ao pé dela, que nos faz sentir bem” – c5_f*; *“o amor é o facto de, é aquela vontade de querer partilhar, de querer estar, de me sentir bem ao lado de outra pessoa” – c5_m*); a aceitação incondicional que permite gostar apesar de (*“o amor só surge quando se conhece os defeitos da outra pessoa. Senão pode haver uma paixão, uma atração qualquer, mas amor não é. Infelizmente não há pessoas perfeitas, portanto para amar é preciso conhecer os defeitos da outra pessoa.” – c1_m*); a compreensão mútua (*“sentir que a tenho*

ali e que me compreende e que está comigo” – c5_m); e a amizade (*“É a amizade também”* – c2_f). Ainda assim, amor também significa superação das dificuldades com vista a continuar com o cônjuge (*“ultrapassar os maus momentos por isso, porque sabes que no final do dia aquilo valeu a pena... Vale a pena ultrapassar e vale a pena tentar adaptar as coisas de forma a continuares a ter essa pessoa”* – c1_f), desejo de envelhecer ao seu lado (*“a imagem mais bonita que eu tenho relativamente a esta questão do amor e do amar alguém é a ideia de queres envelhecer com a pessoa. Saberes (...) que vais envelhecer com ela e ela vai olhar para ti com cabelos brancos.”* – c2_f) e investimento permanente (*“porque eu acho que isto também é preciso que a pessoa vá pronto, vá investindo também em alimentar o amor”* – c2_f), o que traduz o compromisso. Este é ainda expresso na convicção com que os cônjuges declaram a não consideração do término da relação depois do casamento, à exceção de um deles para quem, fruto dos elevados níveis de conflitualidade no primeiro ano, essa hipótese se afigurou uma possibilidade.

Esta predominância de características relativas à intimidade pode dever-se ao facto da função de proteção de que se reveste o casamento, na medida em que é uma fonte de apoio emocional fertilizadora da autoestima e autoconfiança (Narciso, Costa & Prata, 2002), se alicerçar na relação de intimidade e nas suas dimensões e, para além desta, haver um decréscimo da paixão que concomitantemente justificaria o seu acentuar. Narciso (1994/95), por exemplo, não encontrou uma diminuição considerável nos níveis de paixão havendo, no máximo, uma diminuição de *paixão para muitos/bastantes momentos de paixão*. No presente trabalho, apenas um dos cônjuges entrevistados considerou que *“o amor continua a significar desejo”* (c2_f), atributo característico do componente paixão. Ainda assim, mesmo esse afirmou que *“obviamente que a paixão acaba, não é? Quer dizer, e mesmo isto biologicamente nós não podemos estar sempre num estado de paixão, pronto. E obviamente que a paixão tem de dar lugar a algo mais sustentado e é assim que eu vejo o amor, nesse sentido. A paixão acabou, o amor continua”*, o que a juntar a outras significações (*“há a fase de paixão que (...) se vai esbatendo (...) e o amor acho que foi aquilo que foi imperando”* – c4_f) permite um entendimento temporal dos componentes do amor, iniciando-se as relações pela fervorosa paixão e continuando-se depois pela intimidade e compromisso. Deste modo, ao conceberem alterações ao nível dos componentes ao longo do tempo, ilustram o dinamismo que lhes está inerente. Efetivamente, visto estarem em interação, não se afigura possível a manutenção estática quer da paixão, quer da intimidade ou do compromisso desde o início do relacionamento, pois a *“não mudança seria assim incompatível com o desenvolvimento da relação”* (*idem*). No entanto, a mutabilidade nos componentes do amor não é o mesmo que afirmar que a paixão desaparece por completo com o avançar do relógio relacional, ainda que as poucas referências a ela tecidas pelos participantes vão nesse sentido, o que pode dever-se à significativa mediação e proliferação da sua efemeridade. Não obstante a impossibilidade biológica de uma permanência

continuada num estado puro e absoluto de paixão, um casal pode reapaixonar-se sucessivamente e experimentar momentos apaixonados. Acevedo e Aron (2009), por exemplo, concluíram que o amor romântico com envolvimento, intensidade e interesse sexual pode manter-se em relações de longa duração, ainda que sem o elemento da obsessão característico das fases iniciais, alertando para a necessidade de ter em atenção o modo como é avaliado e medido o amor romântico na investigação, se considerando ou não a obsessão. Este reconhecimento de que o casamento não tem que ser uma sentença de morte do romance e da paixão pode, segundo eles, ser o mote inspirador que alguns casais precisam para se desafiarem a mudar e a melhorar a qualidade relacional.

Discutiram-se o amor e os seus significados, sem que se tenha intencionalmente apresentado uma verdadeira definição. Cada participante significa-o com unicidade, com a sua própria semântica do amor, e assim emergem definições marcadas pela singularidade, as suas, as de cada um deles, revelando como o estudo do amor é extraordinariamente complexo e difícil (Narciso, 1994/95). “*Ui... Isso de definir o amor é muito poético [risos]. Já muitos poetas o tentaram e acho que ainda ninguém o conseguiu definir muito bem. Também, lá está, definir sentimentos não é uma coisa fácil.*” (c5_f), sem dúvida. Parece, portanto, não haver uma definição universal e intemporal, mas antes tantas quantas as Pessoas, quantos os que o sentem ou anseiam sentir, pois acerca disso não parece haver incerteza, sendo conhecida a persistência na sua procura.

Também não existem hesitações a propósito da importância do amor – “*É de todo importante na vida a dois, pois só assim é que poderia funcionar*” (c5_m) –, sendo unânimes na sua catalogação enquanto peça “*imprescindível*” e instituindo a ideia de que casamento é amor. A sua centralidade na conjugalidade é também reconhecida na literatura científica que o responsabiliza pelo estabelecimento, desenvolvimento e, na ausência, pelo término das relações (Aboim, 2006b; Acevedo & Aron, 2009; Carminatti, 2009; Duarte, 2005; Relvas, 1996; Ribeiro, 2002; Torres, 2000). Indo mais longe, a sua imprescindibilidade é exibida somente na vida a dois? “*A vida sem amor não faz sentido*” (c5_f).

No que respeita aos **significados** de **conflito** num sentido global, são notórias as diferenças de género, sendo que elas o percecionam mais positivamente, enquanto eles o conotam predominantemente de uma forma negativa:

(c1_f): “*nunca vejo de uma forma negativa. Até quando sou confrontada com o conflito acho giro (...) acho que sou uma pessoa que procura o conflito e que até recebe o conflito com gozo, não é? Acho que é sempre bom para pôr as coisas esclarecidas, para esclarecer as coisas*”.

(c2_f): “*conflito é uma coisa boa no sentido em que pode levar as pessoas a melhorarem e a evoluírem. (...) no geral (...) acho que é bom*”.

(c3_f): “*que o conflito pode ser visto como uma forma de melhorar alguma coisa, ou melhor, pode originar uma mudança benéfica, então aí acho que, às vezes, é bom que haja algum conflito para que se possa esclarecer algumas coisas e melhorar algumas, outras.*”

(c4_f): “*eu acho que não deixa de ser uma coisa saudável. Acho que deve haver conflito*”.

(c1_m): “*eu detesto discussões e então tentava fugir delas a sete pés (...) Acho que os conflitos são muito negativos*”.

(c2_m): “*O conflito é claramente negativo, para mim não há dúvida nenhuma. (...) Eu não consigo associar o conflito a positivo*”.

(c3_m): “*Desagrada-me por completo. (...) Eu não gosto de ter conflitos*”.

Contudo, mesmo os que revelam uma visão mais positiva, aceitante e construtiva do conflito consideram que “*depois há aquele conflito que não leva a nada, que só dá mesmo desgraça, que é só miséria e então esse (...) é de evitar*” (c3_f), pressupondo que a sua percepção é determinada por alguns fatores, nomeadamente a regularidade com que surge (“*não pode tomar demasiado espaço numa relação*” – c5_m) e o modo como é gerido (“*tem a ver com a gestão do conflito, não tem a ver com o conflito surgir ou não (...) se são duas pessoas que não vão abdicar de nada e que não vão ceder, o conflito está instalado e não se resolve*” – c2_f), sendo unânime na literatura a supremacia deste último enquanto fator determinante do impacto do conflito na relação e, inerentemente, nos níveis de satisfação (Esere, 2003; Fincham, 2003; Tam & Lim, 2008). A somar, emergem os motivos pelos quais é despoletado, havendo quem o perceciona negativamente quando é relativo a questões da própria relação conjugal e positivamente quando se refere a aspetos exteriores à relação (“*quando há uma questão objetiva de diferença de opinião acerca de um assunto qualquer que não tenha a ver diretamente com a relação e com a forma como se relacionam um com o outro, acho que até é saudável*” – c1_m).

Com o intuito de perceber se havia incongruências entre as significações atribuídas ao conflito em geral e aquelas atribuídas ao próprio conflito conjugal, explorou-se a interpretação que fazem dos seus conflitos conjugais, sendo que elas o concebem como “*forma de esclarecer*” (c1_f) e como potenciadores da mudança (“*Leva a que nós os dois falemos das coisas e possamos, da próxima vez, fazer outro percurso*” – c2_f; “*É para a gente corrigir alguma coisa que não está bem e para perceber também o lado do outro*” – c5_f), o que é concordante com a percepção positiva anteriormente apresentada, e eles, por sua vez, também em conformidade com a visão negativa previamente assumida, tendem a interpretá-los, modo geral, como “*tempo perdido*” (c2_m) (“*Não vejo bem (...) não gosto*” – c3_m). É sabido que crenças relacionais disfuncionais como o “*desacordo é destrutivo*” podem aumentar as vulnerabilidades, restringir a capacidade do cônjuge para lidar com os desafios relacionais (Karney & Bradbury, 1995, in Goodwin & Gaines, 2004) e ter impacto negativo na qualidade conjugal (Eidelson & Epstein, 1982), logo poderá colocar-se a hipótese da

percepção negativa que eles sustentam estar relacionada e até justificar a postura de evitamento que maioritariamente adotam face ao conflito previamente refletida. Por seu turno, as mulheres exibem maior à vontade e conforto perante o conflito (Gottman, 1994, *in* Waller & Mclanahan, 2005), o que pode pensar-se dever-se à percepção mais positiva que dele revelam ter.

Prolongando a análise para além das subcategorias e componentes considerados, são perceptíveis os estereótipos de género emergentes nas narrativas dos participantes que condicionam e sustentam o entendimento que fazem de vários aspetos relacionais, alertando para as construções de género dos cônjuges e respetivo impacto (*“eu sempre liguei muito mais a pormenores, muito mais a detalhes (...) Mais típico até de mulher, não é? [risos]”* – c1_f; *“normalmente são os homens que ficam com essa parte. (...) Nós, normalmente, gostamos das coisas mais divertidas, como fazer decoração [risos]”* – c5_f).

De um modo geral, pontos de convergência e divergência sobressaíram das dez histórias escutadas, lidas e analisadas. De outra forma não poderia ser, aliás, pois não obstante existirem padrões que se repetem, cada história tem os seus próprios personagens e os seus únicos narradores. Pese embora as diferenças e as idiosincrasias de cada casal, é comum e transversal o investimento de todos eles nas suas relações conjugais. É notório como são indivíduos para os quais a relação de intimidade assume uma enorme importância, disso *“não há dúvida nenhuma”*. Exibem a sua significância dando primazia ao nós sobre o eu (*“A minha vida, tudo o que eu faço, tudo o que eu decido no dia a dia é em função, passa pela relação que tenho com (ela)”* – c1_m), evidenciando uma identidade conjugal construída que se fortalece na cedência das individualidades sem que tal gere ansiedade ou as anule (Carminatti, 2009) – *“(Ele) é o meu pilar, quer dizer, eu sou o meu pilar!, obviamente, mas ele é o outro pilar.”* (c2_f). Além disso, a relação conjugal parece funcionar como base e porto seguro, onde encontram a segurança e a estabilidade necessária para avançar e o apoio necessário para consolar: *“É tu teres um dia profissional muito mau e chegares a casa e saberes que vais ter aquela pessoa e que naquele teu mundo fechas a porta e, mesmo que fales das questões profissionais, tens ali uma pessoa que está sempre ali, é o meu pilar, sem dúvida, sem dúvida.”* (c2_f); *“É o pilar. Vou para o trabalho, tenho os meus amigos, mas depois venho para o meu casulo de segurança e de conforto que é com (ela)”* (c3_m); *“É o pilar de tudo (...), é a minha estabilidade, é o meu porto de abrigo”* (c4_f); *“Faltando-nos uma base e um suporte nós começamos a equacionar (...) Quando faltou essa base, tudo o resto não corria bem”* (c4_m).

E é no seio desta afetividade e interdependência que eles se situam, sendo por meio delas que se transformam significados e se redefinem projetos, nomeadamente o casamento, pois, afinal, há *“sempre a outra pessoa na relação”* (c2_f).

CONCLUSÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS



MORAL DA HISTÓRIA.

CONCLUSÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS. MORAL DA HISTÓRIA.

Somos fruto de um casal, vivemos como casal, estamos rodeados de casais e, no entanto, é surpreendente a nossa dificuldade de falar concretamente sobre o casal.

Phillipe Caillé

Este trabalho *falou sobre o casal*. Não na sua infinita complexidade, talvez aquela que adensa a dificuldade em falar dele a que Phillippe Caillé se refere, mas nalguns dos seus meandros. Um trabalho é sempre e inexoravelmente parcelar, deixando à margem dimensões, constructos, processos...relevantes certamente, mas impossíveis de abarcar. A conjugalidade tem assumido um papel de destaque no campo literário e até mesmo no senso comum, onde cada um e todos desenvolvem as suas próprias teorias explicativas das relações. Ela é indiscutivelmente central em termos individuais, sociais e culturais, de modo que continuam a somar-se publicações à sua história de investimento teórico e empírico.

Como produto do presente trabalho obtiveram-se várias conclusões, desde logo que nos casais entrevistados os significados associados ao casamento bem como as expectativas para este, para si e para o cônjuge são dimensões sobre as quais não é desenvolvida uma reflexão intencionalizada e uma discussão aprofundada, o que poderá dever-se, pelo menos em parte, à ausência de tradição de pensar as relações no seio familiar, pautando-se antes, e sobretudo, a comunicação por aspetos triviais e funcionais da vida quotidiana (Torppa, 2009). Não obstante, o casamento, na fase de namoro, era sinónimo de um projeto que, mais tarde ou mais cedo, teria lugar e que representava uma afirmação do parceiro e da relação. A importância que lhe é atribuída oscila entre dois pólos sendo claramente mais relevante e valorizado por alguns, nomeadamente os que lhe associam o valor sacramental do matrimónio, do que por outros que destacam a sua dimensão contratual. Casamento era também significado de dificuldade, havendo ainda um participante que o conotava negativamente. Depois de consumado, para a grande parte não se registam alterações nos seus significados, mas houve quem se apercebesse que ele implica dificuldades e que não é uma linear continuidade do namoro e houve ainda quem o resignificasse no sentido positivo.

No que respeita às expectativas, concluiu-se que o casamento, na fase de namoro, era expectado enquanto partilha, fonte de apoio e refúgio contra o mundo exterior, construção de um projeto de vida comum, mais tempo e intimidade e ainda enquanto construção de uma família onde os filhos iriam surgir. Em última instância, a expectativa era de felicidade. Percebeu-se que quer relativamente ao casamento, quer ao cônjuge quer a si próprio, as expectativas, grosso modo, veem-se correspondidas ou superadas. Entendeu-se ainda que há eventualmente uma ou outra

característica do parceiro que foi descoberta depois do casamento, ou melhor da coabitação, mas o que mais acontece não é descobrir novas facetas mas perceber que são mais intensas ou que têm outra fonte que não a que previamente julgada, o que é suficiente para despoletar o conflito, alertando para a necessidade de haver um bom e realista conhecimento do cônjuge.

A respeito desta transição entre namoro e casamento, concluiu-se que fatores como a idade, a independência financeira e a finalização de projetos académicos ou profissionais interferem no “quando” do casamento. O facto de esperarem a conclusão de objetivos pessoais e profissionais, de acordo com Kefalas, Furstenberg e Napolitano (2005), não é sinónimo de que tudo vá correr pelo melhor, visto que a par da existência prévia de condições pessoais e profissionais para o casamento deve também existir uma mentalidade pronta e preparada para ele. Esta inclui uma aceitação da exclusividade para o relacionamento conjugal, um abraço às responsabilidades e às exigências inerentes ao estatuto de esposa ou marido, o que, por sua vez, pressupõe uma identidade construída e, ligado a ela, uma capacidade para a intimidade (Myers, 1998). Também se concluiu que a harmonia e a felicidade na vida a dois não são dadas como adquiridas, exibindo os participantes uma consciência de que uma relação satisfatória pressupõe esforço, resolução de problemas e superação de desafios enquanto casal, fundamental para que a satisfação realmente se efetive e o casal supere momentos de maior tensão (Wright, Simmons & Campbell, 2007). Sinalizam esta consciência realista como condição *sine qua non* para “*de facto, ter um casamento feliz*” – “*hoje em dia as pessoas não estão disponíveis para fazer sacrifícios para nada, nem se quer para o casamento. (...) acho errado achar-se que a vida vai ser feita sempre só de momentos bons e acho isso muito perigoso por duas razões: porque a vida não vai ser feita só de momentos bons e se as pessoas não tiverem consciência disso e não tiverem preparadas para isso, para no momento das dificuldades manterem a noção do que é mais importante, vão ter uma vida muito complicada. Porque as dificuldades vão aparecer e elas vão procurar uma forma de fugir a elas à procura de um facilitismo e de uma alegria constante que não existe.*” (c1_m); “*Tem que se investir! Tem que ser trabalhado, tem que ser alimentado, porque um casamento que deixa de ser alimentado, eu acho que, mais cedo ou mais tarde, as coisas é muito fácil acabarem e hoje em dia (...) as pessoas realmente ‘tão tão pouco tolerantes a tudo’*” (c4_f).

Ainda a propósito da transição, concluiu-se que o passo para o casamento mas sobretudo para a coabitação acarreta uma multiplicidade de desafios e implica uma fase de ajustamento, visto passar por adaptar mitos e expectativas relativos ao casamento, aprender a como efetivamente comunicar com o cônjuge e a como gerir o conflito e ainda a retirar satisfação da relação (Tam & Lim, 2008), indicativo da necessidade de tempo, e tempo conjunto, para se construir um casamento. A opção assumida de um “estado conjugal” é acompanhada de uma definição, mais ou menos explícita, de regras de coabitação, de dimensões físicas, temporais e psicológicas, tanto individuais

como comuns, de papéis e funções, a qual resulta, por vezes, num período de turbulência. Associado a ele, verificou-se nalguns casais um aumento de conflitos nos primeiros tempos de casamento, ainda que depois, modo geral, todos apontem uma diminuição na frequência comparativamente com o namoro. Também no que respeita ao conflito, concluiu-se que há diferenças de género na sua emergência, sendo as mulheres quem mais frequentemente o despoleta, e na sua conceção, sendo percecionado por eles como algo a evitar e por elas como construtivo, ainda que dependendo da regularidade, fontes e, sobretudo, do modo de gestão. Ao nível das suas fontes na fase de namoro sobressaíram as características pessoais, o grupo de pares, as diferenças de necessidades e tempos na relação, as experiências relacionais anteriores e as famílias de origem, mantendo-se os dois primeiros na fase de casamento para além da vida profissional e sexual que emerge agora. As estratégias de resolução – afastamento, tempo, comunicação (*padrão exigência-retirada*), cedência, oração, humor – não registam alterações entre ambos os momentos relacionais, salientando apenas que o afastamento natural e implícito na condição de namoro é favorável à resolução de conflitos pela oportunidade de relativização e resignificação que encerra.

Portanto, relativamente ao objetivo principal que visava compreender de que forma namoro e casamento se assumiam realidades (des)contínuas no que respeita aos *significados da instituição casamento*, às *expectativas* e ao *conflito* pode perceber-se que este é um caminho tanto marcado por continuidades como descontinuidades, havendo uma simbiose de manutenção e transformação de significações, expectativas e conflitos.

Ao nível dos melhores momentos na fase de namoro, concluiu-se que o início é muito satisfatório e propulsor de emoções positivas, bem como os períodos de férias e os rituais de pedido de casamento. Já os conflitos, a distância física e a quebra da idealização inicial são momentos mais difíceis. No casamento, os conflitos juntamente com situações onde a possibilidade de ajuda ao cônjuge é diminuta, que impliquem mudanças estruturais e funcionais e com dificuldades na gestão do tempo conjunto mantêm-se momentos de dificuldade. Por sua vez, a resolução dos conflitos, a maior intimidade, as férias (nomeadamente a lua de mel) e, no fundo, estar, ser e construir a dois são os pontos altos desta fase relacional.

Pôde ainda concluir-se que nas raízes de todas as *histórias* está o amor e que ele é peça imprescindível no puzzle da conjugalidade. Tanto pelo que nele projetavam como pelos significados e importância a ele concedidos, a marca da conjugalidade parece ser a necessidade emocional, cimentando-se o casal cada vez mais através dos afetos. No entanto, não há uma significação dominante, mas antes variadas semânticas do amor na conjugalidade; no fundo, para o amor há tantas definições quanto amantes. Ainda assim, sobressaíram os três componentes mais comumente considerados – paixão, intimidade e compromisso –, com especial relevo para a intimidade, possível sinal de cumprir o casamento funções de proteção.

Por fim, quanto às expectativas para o futuro, concluiu-se que é ansiado o alargamento da família através da procriação a par do desejo de permanecerem casal e assim envelhecerem. No fundo, desejam que a *história* termine “e viveram felizes para sempre”, ainda que reconhecendo serenamente descontinuidades na felicidade (“É óbvio que um casamento tem os seus altos e baixos” – c4-f). Afinal, as *histórias* são sempre concomitantemente de *príncipes e princesas* e de *polícias e ladrões*.

Uma vez que é através do diálogo que ocorre a construção e reconstrução da identidade conjugal, sendo importante discutir a relação, manter em dia os sentimentos e as expectativas (Carminatti, 2009), ainda que não constituísse explícita e assumidamente objetivo, julgo a experiência de entrevista ter-se revelado um momento de revisitação e reflexão de identidades, as individuais e a comum, logo de empoderamento. A conclusão das entrevistas foi brindada, modo geral, com o reconhecimento e um agradecimento pela oportunidade de viajar no tempo e pensar a relação (“Foi uma conversa agradável” – c4_m) e alguns dos participantes expressaram, inclusive, vontade de discutir com o cônjuge algumas das questões abordadas no sentido de melhor conhecer o outro, o que pensa e como vê a relação. No fundo, *refletir sobre* é intervir.

O impacto da experiência de investigação não redundou apenas no entrevistado estendendo-se ao investigador. Uma análise da prestação enquanto guia e orientador das entrevistas permite concluir que também este foi um processo por meio do qual o investigador cresceu, evoluindo, por exemplo, de uma menor flexibilidade na abordagem do guião para uma maior fluidez, tendo havido momentos em que seguiu o fio condutor do guião ao invés do da entrevista. Uma análise rigorosa permite desvelar instantes em que também o investigador, ainda que sub-repticiamente, perpassava ou sugeria uma orientação de significado abrindo pequenas brechas na total imparcialidade desejada.

Limitações do estudo & Pistas para investigação futura

Refira-se, desde logo, o facto de a entrevista permitir aceder ao que as pessoas dizem mas não ao que fazem, e o guião implicar uma visão retrospectiva, levando a que consequentemente os participantes experimentem algumas dificuldades na recordação e evocação de experiências passadas, nomeadamente do que pensaram ou sentiram. Ainda assim, não era objetivo ou pretensão do trabalho aceder à verdade histórica, se o é possível aliás, mas à verdade interpretativa de cada um dos narradores e personagens das *histórias*. A organização do guião da entrevista em momentos temporais, havendo uma primeira fase dedicada à exploração da vivência de namoro e uma segunda à de casamento, pode ter representado uma dificuldade acrescida para os participantes, visto que, por variadas vezes, nas questões relativas ao namoro resvalavam facilmente

para a vivência do “agora” no casamento, estabelecendo de imediato contrastes e comparações, levando a considerar a possibilidade do guião, ao invés de tentar estancar ambos os momentos relacionais, os cruzar deliberadamente. Contudo, deste modo poderia perder-se mais informação relativa à fase de namoro, sendo ainda maior a tendência de relatar a de casamento por temporalmente ser a mais recente.

Pode ainda pensar-se que, dado o método de seleção dos participantes, os casais que aceitaram participar são os que mais facilmente falam destas questões e estão mais à vontade e investidos nas suas relações. Ainda no que concerne aos participantes, o facto de não ter sido intuito confluir as questões da parentalidade na discussão deste trabalho condicionou inerentemente o número de anos de casamento, sendo que todos os casais entrevistados são recém-casados. Seria interessante perceber as eventuais metamorfoses nos significados e nas expectativas associados ao casamento em casais com relações de maior duração, mesmo que implicando a existência de filhos.

Nesta tese, olhou-se o “o que” do amor. Visto o afeto assumir-se uma categoria discursiva generalizada e legitimadora de opções e condutas e o amor uma das maiores fontes de bem-estar, contribuindo para a explicação de investimentos, maneiras de estar e agir (Aboim, 2006b), seria interessante pensar e escutar o amor em desenvolvimento, o “como”, acedendo aos seus significados e transformações ao longo do tempo à semelhança, aliás, de outras dimensões contempladas neste estudo, perspectiva que parece estar em falta na investigação (Narciso, 1994/95).

Dado o crescendo da união de facto enquanto porta de entrada na conjugalidade, a emergência de significados e perspectivas acerca desta opção (nomeadamente divergentes) nas entrevistas, e ter-se percebido que os desafios iniciais que se levantam radicam mais na coabitação do que no casamento, faz sentido que esta crescente opção seja alvo de estudo. É importante descortinar a realidade atrás dos números da união de facto e perceber como é encarada e protagonizada, quer enquanto passo transitório quer como alternativa permanente ao casamento, e ainda compreender, através de casais cuja coabitação tenha precedido o matrimónio, a transição da coabitação para o casamento tendo existido este espaço intermédio, nomeadamente quais as motivações subjacentes e em que medida consideram que facilitou ou dificultou a gestão dos desafios iniciais.

Implicações para a prática clínica

É de todo lógico e pertinente interrogar as possíveis implicações da investigação desenvolvida para o campo prático, uma vez que ambas as dimensões são interdependentes, evoluindo e coconstruindo de mão dada. Desde logo, ainda que encontrando semelhanças e pontos de convergência entre as *histórias* perscrutadas em inúmeros aspetos que permitem desenhar padrões que se parecem repetir, é saliente como o percurso afetivo que medeia o namoro e o

casamento é uma construção singular, repleta de idiosincrasias, o que reforça a necessidade de em psicoterapia, ainda que sabendo existir padrões que norteiam a leitura clínica, atender e dar primazia à especificidade de cada casal e ao seu particular modo de construir.

Uma vez percebida a forte presença de construções de género orientadoras, inclusive, de alguns fenómenos e processos relacionais por parte dos participantes e, para além disso, encontradas diferenças de género que se repetiam a cada *história* escutada, salienta-se a importância de em consulta não menosprezar a sua abordagem mas antes avaliar com os casais as suas construções de género e o modo como funcionam e interferem nos seus relacionamentos conjugais. Sensibilizar em psicoterapia homens e mulheres para as suas diferenças de género e para o facto de muitas delas serem instituídas social e culturalmente, abalando a rigidez de atribuições e dando primazia à pessoa sobre o género pois grande parte das vezes as diferenças dentro dos géneros são maiores do que entre géneros (Fletcher, 2002), pode favorecer a compreensão, expressão, autoexploração e empatia, e despoletar mudanças de primeira ordem dentro do casal que, mais tarde, já com uma compreensão de si mesmo, do outro e do mundo diferente por parte dos cônjuges, pode levar a novas interações e resultar em mudanças de segunda ordem (Faulkner, Davey & Davey, 2005).

Segundo Halford (2004), a entrada no casamento é o momento ideal para o desenvolvimento de programas de educação relacional, já que os primeiros anos são particularmente ricos em desafios. Também o presente trabalho permitiu entender a transição para a vivência a dois através da coabitação, independentemente da sua coocorrência com o casamento, enquanto súmula de desafios que implica uma fase de ajustamento (ao *outro*, ao *eu com o outro* e ao *nós*), sendo de considerar o investimento na conceção de projetos (em detrimento da perspectiva de programas) ou grupos de intervenção dirigidos a casais (independentemente da sua condição) com o intuito de promover a aquisição de recursos e competências para dar resposta a esses mesmos desafios e de níveis elevados de satisfação. Propõe-se a adoção de uma perspectiva onde as relações são reconhecidas enquanto objeto de educação, alertando-se para a importância de tanto profissionais de saúde como educadores assumirem um papel mais pró-ativo na educação de adolescentes e jovens adultos para a afetividade, inerentemente para a coabitação e para o casamento. É fundamental que todos compreendamos as relações como construções sociais, imbuídas, entre outros, de estereótipos e conceções de género que moldam os nossos significados e as nossas expectativas, sendo importante a sua consciencialização e reflexão. Até porque talvez o amor não seja tão cego quanto se diz sendo de importância fundamental a habilidade para perceber os sinais de perigo antes do casamento. No fundo, é pensar o crescimento e o enriquecimento do casal e da relação através de uma ação promotora e preventiva em detrimento de uma lógica de remediação, não perpetuando a tendência generalizada de só recorrer a ajuda exterior em momentos de crise e

quando o problema já está instalado. Até porque, por vezes, o casal sabe o que fazer mas não o como, de modo que experienciar situações de exploração (designadas, por muitos, de aprendizagem de competências) que possibilitem o confronto com situações atuais e futuras pode constituir-se uma forma de prevenir a disfuncionalidade. O desenho destas intervenções deve incluir as necessidades *atribuídas* (identificadas e reconhecidas como importantes pelos especialistas) e, paralelamente, as *sentidas* (expressas pelos participantes), dando margem a uma coconstrução de necessidades e intervenção (Morris & Carter, 1999).

Os significados e sobretudo as expectativas conjugais, dimensões percebidas como não deliberadamente refletidas pelos casais entrevistados, são precisamente um dos temas que a educação pré-matrimonial reconhece ser fundamental, no sentido de as tornar realistas e consistentes entre ambos os protagonistas da relação antes do casamento e assim prevenir a desilusão decorrente de serem defraudadas e, por sua vez, a possível insatisfação conjugal subsequente (Risch, Riley & Lawler, 2003; Torppa, 2009). Não só em projetos de educação, mas também na intervenção clínica com casais, as expectativas (para o casamento, para si, para o outro, para as famílias de origem) devem ser contempladas e objeto de discussão e intervenção.

Não obstante, não se assuma que procurar a otimização da relação do casal passa por uma absoluta antecipação e controlo, anulando a espontaneidade, o processo de descoberta natural e a criatividade dos cônjuges para darem resposta aos desafios encontrados. Ainda que não seja resposta para todos os desafios do casamento e das relações de conjugalidade, a educação pré-matrimonial é uma modalidade de intervenção psicológica com potencial preventivo e promotor já bem documentado, devendo ser encarada enquanto área promissora no nosso país (Pego, 2008), em tempos de aceleradas metamorfoses como os de hoje.

Espera-se que a *História* por este trabalho personificada tenha, de alguma forma, contribuído para incrementar a reflexão e a discussão da conjugalidade, respondendo eventualmente a algumas interrogações e, sobretudo, levantando outras que sedimentam e perpetuam uma das poucas certezas incontornáveis da ciência:

A História continua...

*Eu sou eu.
Tu és tu.
Eu não estou neste mundo
para preencher todas as tuas expectativas
e sei
que tu não estás neste mundo
para preencher todas as minhas.
Porque eu sou eu
e tu és tu.
E, quando tu e eu nos encontrarmos,
é maravilhoso.
E quando, encontrando-nos, não nos encontrarmos
não há nada a fazer.*

Jorge Bucay

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

UMA HISTÓRIA FUNDAMENTADA.

- Aboim, S. (2005). A Formação do Casal: Formas de Entrada e Percursos Conjugais. In Wall, Karin (Eds.), *Famílias em Portugal - Percursos, Interações, Relações Sociais* (pp. 85-116). Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Aboim, Sofia (2006a). *Conjugalidades em Mudança. Percursos e Dinâmicas da Vida a Dois*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Aboim, S. (2006b). Conjugalidade, afectos e formas de autonomia individual: Perspectivas no feminino. *Análise Social*, 41(180), 801-825.
- Acevedo, B. P. & Aron, A. (2009). Does a long-term relationship kill romantic love? *Review of General Psychology*, 13(1), 59-65.
- Almeida, T. (2008). Fatores que influenciam o desenvolvimento do namoro. Anais da VI Jornada Apoiar: Saúde mental e violência: Contribuições no campo da psicologia clínica e social, 543-554. Acedido em Agosto, 8, 2011, em [http://thiagodealmeida.com.br/site/files/pdf/Fatores que influenciam o desenvolvimento do namoro.pdf](http://thiagodealmeida.com.br/site/files/pdf/Fatores%20que%20influenciam%20o%20desenvolvimento%20do%20namoro.pdf)
- Amaro, F. (2004). A família portuguesa. Tendências actuais. *Cidade Solidária*. Acedido em Agosto, 8, 2011, em http://ww3.scml.pt/media/revista/rev_14/Familia_portug.pdf
- Bardin, L. (2009). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Baucom, D. H., Epstein, N., Daiuto, A. D., Carels, R. A., Rankin, L. A. & Burnett, C. K. (1996). Cognitions in marriage: The relationship between standards and attributions. *Journal of Family Psychology*, 10(2), 209-222.
- Baucom, D. H., Epstein, N., Sayers, S. & Sher, T. G. (1989). The role of cognitions in marital relationships: Definitional, methodological, and conceptual issues. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 57(1), 31-38.
- Bonds-Raacke, J. M., Bearden, E. S., Carriere, N. J., Anderson, E. M. & Nicks, S. D. (2001). Engaging distortions: Are we idealizing marriage? *The Journal of Psychology*, 135(2), 179-184.
- Bowlby, J. (1978). *Attachment and loss*. Vol. 1: Attachment. New York: Basic Books.
- Caillé, P. (1994). *Um e um são três: O casal se auto-revela*. São Paulo: Summus Editorial.
- Carminatti, D. (2009). Casamento: A construção de uma nova família. Acedido em Janeiro, 15, 2011, em [http://www.daniellecarminatti.psc.br/Artigos/Casamento Construcao nova fam%C3%ADlia.pdf](http://www.daniellecarminatti.psc.br/Artigos/Casamento%20Construcao%20nova%20fam%C3%ADlia.pdf)

- Carrère, S., Buehlman, K.T., Gottman, J.M., Coan, J.A. & Ruckstuhl, L. (2000). Predicting marital stability and divorce in newlywed couples. *Journal of Marriage and the Family*, 14(1), 42-58.
- Costa, M. E. (1994). *Divórcio, monoparentalidade e recasamento: Intervenção psicológica em transições familiares*. Porto: Edições ASA.
- Costa, M. E. (1998). *Novos encontros de amor: Amizade, amor e sexualidade na adolescência*. Porto: Edinter.
- Costa, M. E. (2005). *À procura da intimidade*. Porto: Edições ASA.
- Costa, M. E. & Narciso, I. (2001/2002). Percursos de mudança na qualidade conjugal – Fragmentos de um estudo sobre conjugalidades satisfeitas. *Cadernos de Consulta Psicológica*, 17-18, 181-195.
- Cowan, C. P. & Cowan, P. A. (1995). Interventions to ease the transition to parenthood: Why they are needed and what they can do. *Family Relations*, 44, 412-423.
- Crespo, C. A. M. (2007). *Rituais familiares e o casal: Paisagens inter-sistêmicas*. Tese de Doutoramento em Psicologia, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Universidade de Lisboa.
- Czarniawska, B. (2004). *Narratives in Social Science Research*. London: Sage Publications.
- Denzin, N. K. & Lincoln, Y. S. (1998). *Strategies of qualitative inquiry*. Sage Publications.
- Dreikurs, R. (1999). *The challenge of marriage*. Philadelphia: Accelerated Development.
- Driver, J. L. & Gottman, J. M. (2004). Daily marital interactions and positive affect during marital conflict among newlywed couples. *Family Process*, 43(3), 301-314.
- Duarte, C. (2005). *Percepções de conflito e violência conjugal*. Tese de Doutoramento em Psicologia, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Universidade do Porto.
- Eidelson, R. J. & Epstein, N. (1982). Cognition and relationship maladjustment: Development of a measure of dysfunctional relationship beliefs. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 50(5), 715-720.
- Esere, M. O. (2003). Resolving conflicts in marriages: A counsellor's viewpoint. *Journal of Education*, 22(1), 26-41.
- Faubert, K. M. (2008). *"This isn't a fairy tale": An exploration of marital expectations and coping among married women*. Tese de Mestrado em Ciências, Faculty of Miami University.
- Faulkner, R. A., Davey, M. & Davey, A. (2005). Gender-related predictors of change in marital satisfaction and marital conflict. *The American Journal of Family Therapy*, 33, 61-83.

- Fincham, F. D. (2003). Marital conflict: correlates, structure, and context. *Psychological Science*, 12(1), 23-27.
- Fincham, F. D., Beach, S. R. H. & Davila, J. (2004). Forgiveness and conflict resolution in marriage. *Journal of Family Psychology*, 18(1), 72-81.
- Fletcher, G. J. O. (2002). *The new science of intimate relationships*. USA: Blackwell Publishers.
- Fletcher, G. J. O., Fincham, F. D., Cramer, L. & Heron, N. (1987). The role of attributions in the development of dating relationships. *Journal of Personality and Social Psychology*, 53(3), 481-489.
- Fletcher, G. J. O. & Simpson, J. A. (2000). Ideal standards in close relationships: Their structure and functions. *Current Directions in Psychological Science*, 9(3), 102-105.
- Fletcher, G.J.O., Simpson, J.A., Thomas, G., & Giles, L. (1999). Ideals in intimate relationships. *Journal of Personality and Social Psychology*, 76(1), 72-89.
- Flouri, E. & Buchanan, A. (2001). What predicts traditional attitudes to marriage? *Children & Society*, 15, 263-271.
- Gallagher, M. (2001). Marriage and public health. *The Case for Marriage*. Institute for American Values. Acedido em Maio, 23, 2011, em http://www.americanvalues.org/Marriage_Brief_1.pdf
- Goodwin, R. & Gaines, S. O. (2004). Relationships beliefs and relationship quality across cultures: Country as a moderator of dysfunctional beliefs and relationship quality in three former Communist societies. *Personal Relationships*, 11, 267-279.
- Gottman, J.M. (1993). A theory of marital dissolution and stability. *Journal of Family Psychology*, 7(1), 57-75.
- Gottman, J.M. (1998). Psychology and the study of marital processes. *Annual Review Psychology*, 49, 169-197.
- Gottman, J.M. & Notarius, C.I. (2002). Marital research in the 20th century and a research agenda for the 21th century. *Family Process*, 41(2), 159-198.
- Greeff, A. P. & Bruyne, T. (2000). Conflict management style and marital satisfaction. *Journal of Sex & Marital Therapy*, 26, 321-334.
- Halford, W. K. (2004). *The future of couple relationship education: Some suggestions on how it can make a difference*. *Family Relations*, 53(5), 559-566.
- Halford, W. K., Kelly, A. & Markman, H. J. (1997). The concept of a healthy marriage. In W. K. Halford & H. J. Markman (Eds.), *Clinical handbook of marriage and couples intervention*. Chichester: John Wiley & Sons Ltd.

- Hall, S. S. (2006). Marital meaning: Exploring young adult's belief systems about marriage. *Journal of Family Issues*, 27(10), 1437-1458.
- Heavey, C.L., Christensen, A., & Malamuth, N. M. (1995). The longitudinal impact of demand and withdrawal during marital conflict. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 63(5), 797-801.
- Holmes, B. M. & Johnson, K. R. (2009). Where fantasy meets reality: Media exposure, relationships beliefs and standards, and the moderating effect of a current relationship. In E.P. Lamont (Ed.), *Social psychology: New research*, Capítulo 6 (pp. 117-134).
- Instituto Nacional de Estatística (2010). *Anuário Estatístico de Portugal 2008 – Edição 2009*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.
- Jares, X. R. (2002). *Educação e conflito: Guia de educação para a convivência*. Porto: Edições ASA.
- Juvva, S. & Bhatti, R. S. (2006). Epigenetic model of marital expectations. *Contemporary Family Therapy*, 28(1), 61-72.
- Kaufman, G. & Goldscheider, F. (2007). Do men "need" a spouse more than women?: Perceptions of the importance of marriage for men and women. *The Sociological Quarterly*, 48, 29-46.
- Kefalas, M., Furstenberg, F. & Napolitano, L. (2005). Marriage is more than being together: The meaning of marriage among young adults in the United States. *The Network on Transitions to Adulthood*. Acedido em Maio, 23, 2011, em <http://www.transad.pop.upenn.edu/downloads/kefalasmariagenorms.pdf>
- Kiecolt-Glaser, J. K. & Newton, T. L. (2001). Marriage and health: His and hers. *Psychological Bulletin*, 127(4), 472-503.
- Leite, S. (2003). A união de facto em Portugal. *Revista de Estudos Demográficos*, 33, Lisboa, INE, 97-140.
- Lin, Y. & Raghurir, P. (2005). Gender Differences in Unrealistic Optimism about Marriage and Divorce: Are Men more Optimistic and Women more Realistic? *Personality and Social Psychology Bulletin*, 31(2), 198-207.
- Lindahl, K. M., Malik, N. M. & Bradbury, T. N. (1997). The developmental course of couples' relationships. In W. K. Halford & H. J. Markman (Eds.), *Clinical handbook of marriage and couples intervention*. Chichester: John Wiley & Sons Ltd.
- Markman, H. J., Floyd, F. J., Stanley, S. M. & Jamieson, K. (1984). A cognitive-behavioral program for the prevention of marital and family distress: Issues in program development and delivery. In

- K. Hahlweg & N. Jacobson (Eds.), *Marital interaction* (pp. 396—428). New York: Guilford Press.
- Markman, H. J., Rhoades, G. K., Stanley, S. M., Ragan, E. P. & Whitton, S. W. (2010). The premarital communication roots of marital distress and divorce: The first five years of marriage. *Journal of Family Psychology, 24*(3), 289-298.
- Martin, P. D., Specter, G., Martin, D. & Martin, M. (2003). Expressed attitudes of adolescents toward marriage and family life. *Adolescence, 38*(150), 359-367.
- Martins, H. H. T. S. (2004). Metodologia qualitativa de pesquisa. *Educação e Pesquisa, 30*(2), 289-300.
- McNulty, J. K. & Karney, B. R. (2004). Positive expectations in the early years of marriage: Should couples expect the best or brace for the worst? *Journal of Personality and Social Psychology, 86*(5), 729-743.
- Morris, M. L. & Carter, S. A. (1999). Transition marriage: A literature review. *Journal of Family and Consumer Sciences Education, 17*(1), 1-24.
- Murray, S. L., Holmes, J. G. & Griffin, D. W. (1996). The self-fulfilling nature of positive illusions in romantic relationships: Love is not blind, but prescient. *Journal of Personality and Social Psychology, 71*(6), 1155-1180.
- Myers, M. F. (1998). *How's your marriage? A book for men and women*. U.S.A.: American Psychiatric Press.
- Narciso, I. (1994/95). Metamorfoses do amor e da satisfação conjugal. *Cadernos de consulta psicológica, 10/11*, 129-139.
- Narciso, I. (2001). *Conjugalidades satisfeitas mas não perfeitas: À procura do padrão que liga*. Tese de Doutoramento em Psicologia, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Universidade de Lisboa.
- Narciso, I., Costa, M. E. & Prata, F. X. P. (2002). Intimidade e compromisso pessoal ou “aquilo que pode fazer com que um casamento funcione”. *Revista Portuguesa de Psicologia, 36*, 67-88.
- Neto, O. (2005). *Conjugalidade: Proposta de um modelo construcionista social para terapia de casal*. Tese de Doutoramento em Psicologia Clínica, Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro.
- Neves, J. L. (1996). Pesquisa qualitativa – características, usos e possibilidades. *Caderno de Pesquisas em Administração, 1*(3), 1-5.

- Noller, P. & Feeney, J. A. (1998). Communication in early marriage: Response to conflict, nonverbal accuracy, and conversational patterns. In T. N. Bradbury (Ed.), *The developmental course of marital dysfunction* (pp. 11-43). New York: Cambridge University Press.
- Oltamari, L. C. (2009). Amor e conjugalidade na contemporaneidade: Uma revisão de literatura. *Psicologia em Estudo*, 14(4), 669-677.
- Patton, M. Q. (2002). *Qualitative research & evaluation methods* (3ª Ed.). Thousand Oaks, CA: Sage Publications.
- Pego, A. L. P. (2008). *Educação Pré-Matrimonial: Uma proposta de intervenção psicológica para Portugal*. Tese de Mestrado em Psicologia, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Universidade do Porto.
- Pinsof, W. M. (2002). Introduction to the special issue on marriage in the 20th century in western civilization: Trends, research, therapy, and perspectives. *Family Process*, 41(2), 133-134.
- Raz, A., Wiseman, H. & Sharabany, R. (2007). Give love a chance: Difficulties of young adults in establishing long-term romantic relationships. In R. Josselson, A. Lieblich & D. McAdams (Eds.), *The meaning of others: Narrative studies of relationships* (pp. 237-253). American Psychological Association.
- Relvas, A. P. (1996). *O ciclo vital da família: Perspectiva sistémica*. Porto: Edições Afrontamento.
- Ribeiro, T. (2002). *Da diversidade do feminino e do masculino à singularidade do casal*. Tese de Doutoramento em Psicologia, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Universidade de Lisboa.
- Ridley, C. A., Wilhem, M. S. & Surra, C. A., (2001). Married couples' conflict responses and marital quality. *Journal of Social and Personal Relationships*, 18(4), 517-534.
- Risch, G. S., Riley, L. A. & Lawler, M. G. (2003). Problematic issues in the early years of marriage: Content for premarital education. *Journal of Psychology and Theology*, 31(3), 253-269.
- Rosa, C. P. (2009). *A identidade dialógica de um prisma empírico: Um estudo sobre a conjugalidade*. Tese de Doutoramento em Psicologia, Instituto de Educação e Psicologia, Universidade do Minho.
- Rusbult, C.E., Verette, J., Whitney, G.A., Slovick, L.F. & Lipkus, I. (1991). Accommodation processes in close relationships: Theory and preliminary empirical evidence. *Journal of Personality and Social Psychology*, 60 (1), 53-78.

- Sanderson, C. A. & Karetsky, K. H. (2002). Intimacy goals and strategies of conflict resolution in dating relationships: A mediational analysis. *Journal of Social & Personal Relationships*, 19, 317-337.
- Senécal, C., Vallerand, R. J. & Guay, F. (2001). Antecedents and outcomes of work-family conflict: Toward a motivational model. *Society for Personality and Social Psychology*, 27(2), 176-186.
- Shulman, S., Rosenheim, E. & Knafo, D. (1999). The interface of adolescent and parent marital expectations. *The American Journal of Family Therapy*, 27, 213-222.
- Soons, J. P. M. & Kalmijn, M. (2009). Is marriage more than cohabitation? Well-being differences in 30 European countries. *Journal of Marriage and Family*, 71, 1141-1157.
- Sternberg, R.J. (1986). A triangular theory of love. *Psychological Review*, 93(2), 119-135.
- Tam, C. L. & Lim, S.G. (2008). A study of marital conflict on measures of social support and mental health problems. *Sunway Academic Journal*, 5, 97-111.
- Torppa, C. B. (2009). Preparing adolescents and young adults for marriage: Developing realistic expectations for family communication. Fact sheet. *Family and Consumer Sciences*. Acedido em Maio, 23, 2011, em <http://ohioline.osu.edu/flm00/pdf/fs04.pdf>
- Torres, A. C. (2000). Casamento, conversa a duas vozes e em três andamentos. A relação entre vida conjugal e trabalho, Trabalho apresentado no IV Congresso Português de Sociologia. Acedido em Agosto, 8, 2011, em http://www.aps.pt/cms/docs_prv/docs/DPR462dfd544e214_1.PDF
- Verhofstadt, L. L., Buysse, A., Clercq, A. & Goodwin, R. (2005). Emotional arousal and negative affect in marital conflict: The influence of gender, conflict structure, and demand-withdrawal. *European Journal of Social Psychology*, 35, 449-467.
- Waller, M. R. & McLanahan, S. S. (2005). "His" and "Her" marriage expectations: Determinants and consequences. *Journal of Marriage and Family*, 67, 53-67.
- Wright, D. W., Simmons, L. A. & Campbell, K. (2007). Does a marriage ideal exist? Using Q-sort methodology to compare young adults and professional educators' views on healthy marriages. *Contemporary Family Therapy*, 29(4), 22.

ANEXOS

Dados demográficos

Nome
Idade
Sexo
Nível de escolaridade
Profissão
Estatuto ocupacional

Tempo de casamento
Tempo de namoro
Casamento Civil__ Religioso__

Religião (Qual? Praticante? Participação nalgum grupo/movimento)

1. Antes de casar (no tempo em que namorava), o que significava o casamento para si?
2. O que pensa que significava o casamento, na altura, para o/a seu/sua actual marido/mulher?
3. Enquanto namoravam, quais as suas principais expectativas para o casamento com o/a seu/sua actual marido/mulher?
4. Em que medida considera que essas expectativas correspondiam às do/da seu/sua actual marido/mulher? Ambos as partilhavam?
5. Na fase de namoro, era habitual conversarem sobre as expectativas de cada um para o casamento?
6. Relativamente à fase de namoro, como eram os vossos conflitos? (frequência; temas)
7. Habitualmente, como é que os geriam e resolviam? (estratégias)
8. Para si, quais os melhores momentos da fase de namoro com o/a seu/sua actual marido/mulher? Porquê? E os mais difíceis? Porquê?
9. Quando começou a pensar em casar com o/a seu/sua actual marido/mulher? Porquê?
10. Quando acha que o/a seu/sua marido/mulher começou a pensar? Porquê?
11. Como foi a decisão pelo casamento?
12. Sente que o significado que atribuía ao casamento enquanto namorava mudou depois de ter casado? O que significa agora?
13. Quanto ao/à seu/sua marido/mulher, acha que o significado que ele/ela atribuía se alterou? O que significa agora?
14. Qual a importância da sua relação com o/a seu/sua actual marido/mulher na sua vida?

- 15.O seu casamento corresponde ou não ao que imaginou/esperava? Porquê?
- 16.Sente ou já sentiu, depois de ter casado, “surpresas”, no sentido em que não conhecia determinadas características ou comportamentos do/a seu/sua marido/mulher? Quais? Como se sente/sentiu?
- 16.1.A frase “Sinto que o/a meu/minha marido/mulher já não é o/a homem/mulher com quem casei” faz-lhe sentido? Revê-se nela? Já alguma vez foi um pensamento seu?
- 16.2.De uma forma geral, em que medida o/a seu/sua marido/mulher corresponde ou não ao que imaginou?
- 16.3.Como é que lida com os aspectos que desconhecia e não gosta no/a seu/sua marido/mulher?
- 17.O/A (nome próprio) corresponde ao que imaginou para si no papel de marido/mulher? Porquê?
- 18.Actualmente, na fase de casamento, como são os vossos conflitos? (frequência; temas)
- 19.Em que medida considera que alguns dos vossos conflitos se devem àqueles aspectos que constituíram surpresa para si relativamente ao/à seu/sua marido/mulher?
- 20.Em que medida considera que alguns dos vossos conflitos se devem àqueles aspectos que constituíram surpresa para si relativamente a si próprio no papel de marido/mulher?
- 21.Habitualmente, como é que os gerem e resolvem?
- 22.Que opinião tem sobre o conflito (em geral)?
- 23.O que pensa/como interpreta os momentos de conflito com o/a seu/sua actual marido/mulher?
- 24.Para si, quais os melhores momentos do seu casamento? Porquê? E os mais difíceis? Porquê?
- 25.A consideração do término da relação é ou, por algum momento, foi uma possibilidade para si? Quando? Porquê?
- 26.Que expectativas tem para o vosso futuro?
- 27.Como define o *amor* e a importância que ele tem nestas questões?
- 28.Na sua opinião, há algum aspecto que não tenha sido referido/abordado ao longo da entrevista e que ache pertinente? Qual? Porquê?
- 29.Há mais alguma coisa que gostasse de dizer?

ANEXO 2. Declaração de Consentimento Informado



Caro(a) Sr.(a).

O presente estudo de investigação na área da **conjugalidade** está a ser desenvolvido no âmbito do Mestrado Integrado em Psicologia da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto.

Para a realização do projecto, é necessária a gravação áudio da entrevista, sendo que a confidencialidade da sua identidade e das informações que fornecer está assegurada.

A sua colaboração é de máxima importância para o prosseguimento deste estudo, pelo que agradecemos a sua disponibilidade e participação.

A orientadora,

A investigadora,

(Cidália Duarte)

(Sofia Fonseca)

DECLARAÇÃO DE CONSENTIMENTO INFORMADO

Eu, _____,
aceito participar de livre vontade no estudo acima mencionado e autorizo a utilização dos dados da entrevista no meio científico, com a garantia de que será mantida a confidencialidade dos mesmos.

Assinatura

Data

___ / ___ / ___